



IPL

escola superior
de educação
e ciências sociais

instituto politécnico
de leiria

O papel das TIC na promoção da Inclusão Digital para pessoas com Deficiência: Um estudo de caso

Relatório de projeto

Fernanda Inês Farinha Pinhal

Trabalho realizado sob a orientação de

Célia Maria Adão de Oliveira Aguiar de Sousa, ESCES/IPLeiria

Leiria, setembro 2023

Utilização Pedagógica da TIC

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos os que fizeram desta viagem, desta investigação e desta vivência um porto seguro para mim e para todos os que fazem parte deste mundo que é o CRID:

À minha Orientadora, Professora Doutora Célia Sousa ...

Ao Coordenador do Mestrado, Professor Doutor Filipe Santos...

À Thais Pousada e ao Allan Damasceno, que comigo partilharam os seus conhecimentos de outros países... e me incentivaram a não desistir...

À Professora Doutora Marta Nogueira por tudo...

Ao CRID, pelo acolhimento...

Aos Clientes/ Utentes do CRID, pela espontaneidade...

Aos Encarregados de Educação destes clientes e utentes, pela dedicação...

À Psicóloga Cláudia, pela empatia...

Aos Técnicos do CRID, pela disponibilidade...

Aos Parceiros da Comunidade, pela participação...

A uma Encarregada de Educação especial, pelo desafio de colaborar...

A um Encarregado de Educação especial, pelo desafio de colaborar...

Aos Colegas, pela camaradagem...

A uma Amiga especial, pela paciência

A uma Filha especial, pelas formatações...

Às Amigas de sempre, por serem para sempre...

RESUMO

O surgimento das novas tecnologias, quer a nível nacional, como internacional, veio abrir um vasto leque de possibilidades para o acesso à informação e ao conhecimento, nomeadamente no que respeita às pessoas com deficiência, através do uso de tecnologias de apoio que possibilitam uma interação quase total com os meios digitais disponíveis.

A internet, enquanto meio privilegiado para a divulgação de conteúdos informativos é a fonte de pesquisa de todos os utilizadores à escala universal. Nesse sentido, e considerando a importância que as TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) têm para os cidadãos, importa perceber qual é o impacto que o CRID (Centro de Recursos para a Inclusão Digital) tem nas pessoas com deficiência, nomeadamente na sua evolução pessoal e interpessoal, bem como a perceção dos próprios familiares destes utentes desta valência.

Palavras chave

Inclusão, deficiência, equidade, acessibilidade digital, tecnologias de apoio, CRID, TIC

ABSTRACT

The emergence of new technologies, both nationally and internationally, has opened up a wide range of possibilities for access to information and knowledge, particularly with regard to people with disabilities, through the use of support technologies that enable an interaction almost total with the available digital means.

The internet, as a privileged means for the dissemination of information content, is the source of research for all users on a universal scale. In this sense and considering the importance that ICT (Information and Communication Technologies) have for citizens, it is important to understand the impact that the CRID (Resource Center for Digital Inclusion) has on people with disabilities, namely in their evolution personal and interpersonal, as well as the perception of the users themselves of this valence.

Keywords

Inclusion, disability, equity, digital accessibility, assistive technologies, CRID, ICT

ÍNDICE GERAL

Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract.....	iv
Índice Geral	v
Índice de Imagens	vii
Índice de Gráficos.....	viii
Abreviaturas.....	ix
Introdução.....	1
1. Enquadramento teórico.....	4
1.1 Inclusão	4
1.2 OS CRI.....	6
1.3 Acessibilidade digital.....	7
1.4 Inclusão digital.....	9
1.5 Tecnologias de apoio	12
2. Metodologia.....	15
2.1 Instrumentos de recolha de dados	19
2.2 O CRID como potenciador da inclusão digital e comunicação	19
2.3 Atividades desenvolvidas ao longo da investigação- ação	20
3. Apresentação e discussão de resultados	27
3.1 Crid – Centro De Recursos Para Inclusão Digital	27
3.2 Crid – Centro De Recursos Para A Inclusão Digital – Breve História	28
3.3 Parceiros.....	30
3.4 Iniciativas.....	31
3.5 Equipamentos E Software.....	32
3.6 População (Clientes) Comparação Entre Os Anos Letivos De 2010/2011 E 2022/2023	34

3.7	Recolha E Análise De Dados	43
4.	Conclusões.....	51
	referências.....	55
	Anexos.....	58
	Anexo 1	59
	Anexo 2	60
	ANEXO 3.....	62
	Anexo 4	67

ÍNDICE DE IMAGENS

Figura 1 - Imagem Impressa em Relevo.....	23
Figura 2 - Livro Multiformato	24
Figura 3 - Trabalho desenvolvido em Cabo Verde.....	24
Figura 4 - Jornadas Mundiais da Juventude 2023	25
Figura 5 - Entrada para o CRID.....	29
Figura 6 - Salas de trabalho CRID	29
Figura 7 - Brinquedos Adaptados.....	32
Figura 8 - Tecnologias de Apoio	33
Figura 9 - Tecnologia de Apoio para PC - TOBII.....	33
Figura 10 - Manípulos de Acesso ao Computador	34
Figura 11 - Máquina de Relevo	34

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Incidência por Género (dados CRID 2010/2011)	36
Gráfico 2 - Incidência por Género (dados CRID 2022/2023)	37
Gráfico 3 - Diagnósticos (dados CRID 2010/2011)	38
Gráfico 4 - Proveniência (dados CRID 2022/2023)	39
Gráfico 5 - Diagnósticos (dados CRID 2022/2023)	40

ABREVIATURAS

ACES- Agrupamento de Centros de Saúde

AEO - Agrupamento de Escolas de Ourém

APPC – Associação Portuguesa De Paralisia Cerebral

CAO – Centro de Atividades Ocupacionais

CERCI – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados

CERCILEI – Cooperativa de Ensino e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Leiria

CIF-CJ – Classificação Internacional da Funcionalidade Incapacidade e Saúde – Crianças e Jovens

CRI-Maais - Centro de Recursos para a Inclusão-multidisciplinariedade, avaliação, acompanhamento, integração e socialização

CRID – Centro de Recursos para a Inclusão Digital

CRIF – Centro de Reabilitação e Integração de Fátima

DL – Decreto Lei

DRE – Direção Regional da Educação

EE- Encarregado de Educação/ Encarregada de Educação

ESE – Escola Superior de Educação

ESECS – Escola Superior de Educação e Ciências Sociais

ESEL – Escola Superior de Educação de Leiria

ESTG – Escola Superior de Tecnologia e Gestão

ECAE - Equipa de Coordenação dos Apoios Educativos

ESECS – Escola Superior de Educação e Ciências Sociais

FASE- Fundo de Apoio Social ao Estudante do Politécnico de Leiria

IPL – Instituto Politécnico de Leiria

NE- Necessidades Específicas

NEE – Necessidades Educativas Específicas

NSE - Necessidades de saúde especiais

PC – Paralisia Cerebral

PDI – Perturbação do Desenvolvimento Intelectual

PIT- Plano Individual de Transição

PIU - Plano Individual do Utente

RTP- Relatório Técnico Pedagógico

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

ULS- Unidade Local de Saúde.

INTRODUÇÃO

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) têm desempenhado um papel cada vez mais relevante no contexto educacional, transformando a maneira como os alunos aprendem e os professores ensinam. Com o avanço tecnológico e a crescente disponibilidade de recursos digitais, surgem novas oportunidades para aprimorar o processo de ensino-aprendizagem, seja este em contexto educacional ou até familiar, entre outros.

Esta pesquisa tem como objetivo investigar a utilização pedagógica das TIC, por meio de um estudo de caso procurando compreender como as tecnologias são aplicadas num ambiente educacional específico e qual o impacto dessas práticas no processo de ensino-aprendizagem, nomeadamente estudar o impacto da frequência do CRID da ESECS (Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de Leiria do Instituto Politécnico de Leiria, na vida de indivíduos com deficiência.

Ao longo da pesquisa surgiu a seguinte pergunta de investigação:

Qual é o impacto que o CRID tem nas pessoas com deficiência, nomeadamente na sua evolução pessoal e interpessoal?

Para conseguir responder a esta foram surgindo alguns objetivos para ajudar na resposta a esta:

- Conhecer e caracterizar o CRID;
- Identificar recursos disponíveis no CRID;
- Analisar a qualidade dos produtos do CRID através da colaboração na aplicação e criação destes;
- Analisar a importância do trabalho realizado no CRID, num estudo de caso através da opinião dos pais.

A escolha desta temática prende-se, em primeiro lugar, com o facto de a autora do estudo ser mãe de uma adolescente com deficiência (Paralisia cerebral) que frequenta o CRID.

Ao investigar o uso das TIC na educação, é importante considerar não apenas a disponibilidade de tecnologias, mas também a forma como elas são integradas no currículo, a capacitação dos professores, as estratégias de ensino adotadas e os desafios enfrentados. Através deste estudo de caso, pretende-se identificar boas práticas,

obstáculos e possíveis soluções para a utilização efetiva das TIC na educação, no caso concreto, em uso no CRID.

Ao longo dos tempos, o conceito da deficiência sempre teve por base a ideia de julgamento social, no qual, inicialmente, se encarava a deficiência como um motivo de exclusão total. O conceito foi evoluindo à medida que as sociedades se foram desenvolvendo em função de valores e de atitudes culturais específicas em cada época. Atualmente, a preocupação com o outro tem tido um papel mais relevante, nomeadamente no que concerne à qualidade de vida de todos.

A Escola Inclusiva busca reunir esforços para ter uma escola que leve à igualdade de direitos, de oportunidades e de resultados, respeitando as diferenças. Uma escola que permita ao aluno com necessidades específicas usufruir de uma educação adaptada às suas especificidades, de modo a usufruir de uma consciencialização e de uma participação mais diversificada, através da inclusão de ‘crianças diferentes’ nos espaços de e para todos.

Denota-se que, a utilização das tecnologias em contexto escolar tem aumentado exponencialmente. A escola, no que à tecnologia diz respeito, em algumas situações, passou a ser um espaço aberto e intemporal, sendo que as tecnologias estão presentes em qualquer parte, passando a ideia de domínio do conhecimento que nem sempre é real.

Face ao exposto, procurou-se investigar a importância desta valência, CRID, na vida das pessoas com deficiência. Se olharmos para a questão de investigação e respetivos objetivos deste estudo, podemos identificar imediatamente que o objeto a estudar é o CRID, nomeadamente o CRID da ESECS e o sujeito um dos utentes deste espaço. Pretende-se fazer um estudo de caso com elevada descrição para aferir ou não a importância que o CRID tem na melhoria da qualidade de vida e aprendizagem dos seus utentes, potenciando a sua autonomia e inserção plena na sociedade.

O estudo de caso escolhido permitirá uma análise aprofundada e contextualizada das práticas pedagógicas com o uso das TIC, considerando as particularidades do ambiente escolar, os recursos disponíveis e as estratégias adotadas pelos diversos técnicos. Além disso, serão observados os efeitos dessas práticas no envolvimento dos clientes, na motivação para aprender, nos resultados obtidos e sobretudo na sua aplicação na vida de cada um. Inicialmente se o CRID pode habilitar cidadãos com necessidades específicas para a participação na sociedade com recurso à acessibilidade digital; avaliar e prestar aconselhamento sobre os diferentes equipamentos/produtos de apoio e respetivas estratégias de utilização, adequadas às necessidades do cidadão com deficiência; Apoiar

a comunidade acadêmica e a sociedade civil na utilização destes produtos de apoio; Estudar o potencial de desenvolvimento e inovação na concepção ou adaptação de tecnologias na área da acessibilidade digital, cruzando saberes e experiências de diversas áreas científicas. Destinatários – Todos os cidadãos com necessidades específicas e seus familiares. – Instituições e Escolas. – Profissionais que exerçam atividade profissional na área (Técnicos especializados, professores, educadores, terapeutas, etc...).

Esta pesquisa contribuirá para o avanço do conhecimento na área, fornecendo dados teóricos e práticos para a utilização das TIC no contexto educacional. Além disso, espera-se que os resultados obtidos possam servir como referência para a implementação de políticas públicas e aprimoramento das práticas pedagógicas, visando uma educação mais eficiente e significativa.

No decorrer deste trabalho, serão apresentados os objetivos, a metodologia utilizada, a revisão da literatura, a análise dos resultados e as conclusões, com o intuito de oferecer uma visão abrangente e aprofundada sobre a utilização pedagógica das TIC e seu impacto na educação. Se o CRID pode habilitar cidadãos com necessidades específicas para a participação na sociedade com recurso à acessibilidade digital. Avaliar e prestar aconselhamento sobre os diferentes equipamentos/produtos de apoio e respectivas estratégias de utilização, adequadas às necessidades do cidadão com deficiência. Apoiar a comunidade acadêmica e a sociedade civil na utilização destes produtos de apoio. Estudar o potencial de desenvolvimento e inovação na concepção ou adaptação de tecnologias na área da acessibilidade digital, cruzando saberes e experiências de diversas áreas científicas.

Os destinatários deste estudo serão todos os cidadãos com necessidades específicas e seus familiares e ou pessoas significativas, diversas instituições e escolas, bem como profissionais que exerçam atividade profissional na área (Técnicos especializados, professores, educadores, terapeutas, etc...).

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1 INCLUSÃO

Quando se estudam questões relativas à temática das pessoas com deficiência, independentemente da sua tipologia, não raros são os estudos, convenções e até legislação específica que discutem e regulamentam a sua completa e efetiva participação na sociedade e o seu total acesso a produtos, bens e serviços em igualdade com a restante comunidade e sociedade. Fala-se assim do princípio da inclusão, que tem vindo a obter cada vez mais forma ao longo dos anos. Assim, e de acordo com Guerreiro (2018), inclusão é uma doutrina/filosofia socio comunicacional e cultural de carácter universal, pedagógico e socializante sobre todo o ser humano, na sua interação e relação com os outros, anuindo e reconhecendo as diferenças próprias de cada indivíduo e interagindo com elas, quer sejam de ordem social, étnica e cultural, ou resultantes de características físicas, sensoriais, intelectuais, motoras entre outras. A inclusão pretende promover o bem-estar de cada pessoa em diferentes níveis nomeadamente familiar, educativo, social, profissional, entre outros, reconhecendo a existência de apoios adaptados e ajustados às suas necessidades. Este ainda refere que, na atualidade, é urgente encontrar soluções que garantam que essas pessoas usufruam da total acessibilidade de forma equitativa e em igualdade com os demais, a todos os ambientes, produtos, bens e serviços disponíveis. "Quando se fala de inclusão, fala-se em acolher, tornar o indivíduo parte de algo, de um todo" (Lima, 2019).

Em Portugal a inclusão é falada há vários anos, tendo o Conselho Nacional de Educação editado em 1998 e 1999 dois estudos relevantes: «Os alunos com necessidades educativas especiais: subsídios para o sistema de Educação» e «Uma educação inclusiva a partir da Escola que temos», tendo sido publicado em Diário da República (1999) um importante Parecer relativo a «Crianças e alunos com necessidades educativas especiais».

Todavia, é com o D.L. nº 3/2008, de 7 de janeiro que o processo de inclusão das crianças e jovens com necessidades educativas especiais, de carácter permanente, se estende, prolongando-se até 2013, levando à saída das crianças e jovens com deficiência das instituições e reorientando as instituições privadas que os acolhiam para Centros de Apoio à Inclusão, com prestação de serviços técnicos e terapêuticos às escolas.

O D.L. nº 3/2008 define os princípios e objetivos da educação especial, procedimentos de referenciação e avaliação tendo como instrumento a CIF-CJ

(Classificação Internacional da Funcionalidade Incapacidade e Saúde – Crianças e Jovens), as medidas educativas e os respetivos apoios.

Como medidas educativas são contempladas:

- Apoio pedagógico personalizado.
- Adequações curriculares individuais.
- Adequações no processo de matrícula.
- Adequações no processo de avaliação.
- Currículo específico individual.
- Tecnologias de apoio

Atualmente está em vigor o (*Decreto Lei N° 54, 2018*), de 6 de julho, o qual veio substituir o D.L. n.º 3/2008. Este estabelece o regime jurídico da educação inclusiva. Pretende-se assim a” (...) aposta numa escola inclusiva onde todos e cada um dos alunos, independentemente da sua situação pessoal e social, encontram respostas que lhes possibilitam a aquisição de um nível de educação e formação facilitadoras da sua plena inclusão social. Esta prioridade política vem concretizar o direito de cada aluno a uma educação inclusiva que responda às suas potencialidades, expectativas e necessidades no âmbito de um projeto educativo comum e plural que proporcione a todos a participação e o sentido de pertença em efetivas condições de equidade, contribuindo assim, decisivamente, para maiores níveis de coesão social.”

Este decreto-lei pretende fomentar um maior apoio a todos os alunos, ao longo da sua escolaridade através de diferentes opções metodológicas e sobretudo garantir que o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória seja atingido por todos, ainda que através de percursos diferenciados, os quais permitem a cada aluno progredir ao seu ritmo. Este decreto-lei pretende garantir a cada aluno uma educação de qualidade ao longo da escolaridade obrigatória.

Há grandes alterações a nível das equipas nas escolas bem como nas estruturas de apoio. O modelo de Unidade Especializada passa a ser um modelo de Centro de Apoio à Aprendizagem, para que possa valorizar os saberes e as experiências de todos.

Também, como este decreto-lei, surge uma nova nomenclatura, conforme se verifica no (Ministério da Educação, 2018): «Acomodações curriculares», «Adaptações curriculares não significativas», «Adaptações curriculares significativas», «Áreas curriculares específicas», «Barreiras à aprendizagem», «Equipa de saúde escolar»,

«Intervenção precoce na infância», «Necessidades de saúde especiais» (NSE), «Plano individual de transição» (PIT) , «Plano de saúde individual», «Programa educativo individual»,

Há a salientar que são os diretores dos agrupamentos que devem requerer, fundamentadamente, tais recursos ao serviço competente do Ministério da Educação.

Por último tudo isto é implementado através de medidas que podem se: Medidas universais, medidas seletivas ou medidas adicionais.

Deste modo e após a seleção destas medidas e para que as mesmas, em alguns casos, possam ser implementadas existem os Centros de recursos de tecnologias de informação e comunicação.

Os centros de recursos de tecnologias de informação e comunicação (CRTIC) constituem a rede nacional de centros prescritores de produtos de apoio do Ministério da Educação, no âmbito do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio, nos termos estabelecidos no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 93/2009, de 16 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 42/2011, de 23 de março.

Estes procedem à avaliação das necessidades dos alunos, a pedido das escolas, para efeitos da atribuição de produtos de apoio de acesso ao currículo. O acesso aos produtos de apoio constitui um direito dos alunos garantido pela Rede Nacional de CRTIC.

1.2 OS CRI

Existem ainda e são mencionados neste Decreto-Lei os Centros de recursos para a inclusão (CRI)

Os CRI são serviços especializados existentes na comunidade, acreditados pelo Ministério da Educação, que apoiam e intensificam a capacidade da escola na promoção do sucesso educativo de todos os alunos.

O grande objetivo dos CRI apoiar a inclusão das crianças e alunos com necessidade de mobilização de medidas adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão, através da facilitação do acesso ao ensino, à formação, ao trabalho, ao lazer, à participação social e à vida autónoma, promovendo o máximo potencial de cada aluno, em parceria com as estruturas da comunidade. Estes atuam numa lógica de trabalho de

parceria pedagógica e de desenvolvimento com as escolas, prestando serviços especializados como facilitadores da implementação de políticas e de práticas de educação inclusiva.

Para apoio a este decreto-lei podem ser feitos protocolos de cooperação e parceria, em que as escolas podem desenvolver parcerias entre si, com as autarquias e com outras instituições da comunidade que permitam potenciar sinergias, competências e recursos locais, promovendo a articulação das respostas (Decreto Lei No 54, 2018).

1.3 ACESSIBILIDADE DIGITAL

A inclusão das pessoas com deficiência numa sociedade da informação e do conhecimento onde tudo é quase virtualizado, passa também por lhes ser garantido o acesso a recursos tecnológicos diversificados pois, como assegura Lima (2019), o recurso às tecnologias de acordo com as características individuais de cada um, permite atenuar barreiras tecnológicas que anteriormente pareciam intransponíveis, surgindo assim o conceito de acessibilidade digital. Sousa (2016) recuperou a definição de acessibilidade digital proposta pelo World Wide Web Consortium (W3C), cuja principal apreensão é garantir o acesso à web a todas as pessoas com deficiência. Elas devem poder perceber, compreender, navegar, interagir e colaborar com a web. Há deste modo uma verdadeira relação com a qualidade da interação nomeadamente para pessoas com deficiência. Raposo (2016), recorda que a acessibilidade na web deve garantir a todos os utilizadores o direito a aceder à rede de informações e eliminar barreiras, mediante a utilização de equipamentos e programas adequados e apresentação da informação em formatos alternativos.

Portugal foi o primeiro Estado-Membro da União Europeia a adotar os requisitos de acessibilidade para os conteúdos e serviços disponibilizados pela Administração Pública Portuguesa na Web, em 1999. No final de 1998 foi lançada a primeira petição eletrónica que pretendia tornar os websites da Administração Pública Portuguesa mais acessíveis, garantindo que os requisitos de acessibilidade da WCAG eram aplicados. Deste modo a Assembleia da República solicitou ao Governo que apresentasse legislação a aplicar no futuro. Assim, em agosto de 1999 surgiu a “Iniciativa Nacional para os Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação”, resultado da Resolução do Conselho de Ministros n.º 96/99. Foi também implementada a Resolução

do Conselho de Ministros n.º 97/99, “Acessibilidade dos sítios da Administração Pública na Internet pelos Cidadãos com Necessidades Especiais”.

Posteriormente também têm sido implementadas outras diretivas europeias, das quais se destaca a Diretiva 2016/2102, transposta para o Decreto-Lei n.º 83/2018, de 19 de outubro.

A Declaração de Acessibilidade comprova legalmente a conformidade das páginas com as regras de acessibilidade, garantindo a inclusão de todos os cidadãos portugueses, independentemente de terem ou não limitações.

De acordo com o Observatório Português da Acessibilidade, a média de classificação nos sites da Administração Pública é de 6.2 pontos em 10, sendo que já existem 60 websites com Declaração de Acessibilidade válida.

Há ainda a salientar que as grandes empresas começaram também a implementar sistemas de Assistive Technology (AT) nos seus programas. Exemplo disso é a Microsoft que possui ferramentas para a acessibilidade do Windows, do Office 365 e da plataforma Xbox. Disponibiliza ainda o Verificador de Acessibilidade da Microsoft, que analisa o grau de conformidade com as boas práticas das aplicações e oferece sugestões de melhoria. Tem ainda um papel de consciencialização para o tema através dos seus cursos online, nomeadamente o Accessibility Fundamentals.

Outro exemplo é o Google que apresenta soluções de acessibilidade nos seus produtos, desde o Android ao Chrome, passando pelas aplicações como Gmail, Maps, e muito mais.

Já a Adobe disponibiliza recursos para os seus programas, nomeadamente para criar PDFs mais inclusivos.

Já no que concerne a pequenas empresas, estas têm vindo a adotar gradualmente as estratégias de conformidade com as regras de acessibilidade, mas ainda há um longo percurso a percorrer para se atingir uma web amplamente acessível.

Por outro lado, há ainda a acessibilidade online. A WebAIM – Web Accessibility in Mind é uma organização sem fins lucrativos que promove, desde 1999, as boas práticas para que quer indivíduos, quer instituições forneçam conteúdos, ferramentas e aplicações online mais acessíveis a todos. Assim, tem realizado o estudo “WebAIM Million”, que resulta num relatório que contempla os resultados de acessibilidade no top 1 milhão de

home pages dos mais populares websites. Através deste relatório, constata-se, em 2022, que apenas cerca de 3% dos websites são acessíveis a pessoas com limitações, e que cerca de 96.8% das home pages analisadas têm erros de conformidade com a WCAG em vigor. Denota-se uma melhoria, pois em 2021 os erros eram em 97.4% dos sítios analisados e em 2019 eram em 97,8%. No entanto é ainda uma fraca evolução no caminho para a plena inclusão dos cidadãos.

Os exemplos de maiores erros são os textos com fraco contraste, as imagens sem texto alternativo, os links vazios, os formulários sem indicações de apoio e os botões vazios.

1.4 INCLUSÃO DIGITAL

Inclusão social e Acessibilidades, design universal, tecnologias de apoio - têm sido diligenciadas a nível europeu com repercussões a nível do nosso país.

A iniciativa europeia i2010 sobre a Inclusão Digital tem como principal preocupação avaliar uma sociedade de informação para todos, independentemente das condições desfavoráveis individuais ou sociais. Um dos marcos deste desígnio foi a Declaração de Riga em 2006 que estabeleceu metas para a utilização e disponibilização das TIC e da Internet, literacia digital e acessibilidade até 2010.

Inclusão social e Acessibilidades, design universal, tecnologias de apoio - têm sido diligenciadas a nível europeu com repercussões a nível do nosso país.

A Internet, acompanhando o avanço tecnológico, tem sido a melhor ferramenta de interação com o mundo, deste modo o a Organização das Nações Unidas declarou recentemente, através da resolução A/HRC/32/L.20 aprovada em 1º de julho de 2016 (ONU, 2016), que o acesso à

Internet é um direito humano, devendo ser assim garantido o direito à liberdade, quer de opinião, quer de expressão, pois ao negar esse acesso comete-se um crime, o qual viola os direitos humanos. O Conselho dos Direitos Humanos da ONU aprovou a resolução “The promotion, protection and enjoyment of human rights on the Internet”, que, entre outras apreciações, indica as oportunidades que a Internet coloca a uma educação inclusiva:

“Emphasizing that access to information on the Internet facilitates vast opportunities for affordable and inclusive education globally, thereby being an important tool to facilitate the promotion of the right to education, while underlining the need to address digital literacy and the digital divide, as it affects the enjoyment of the right to education;”

Assim, este Conselho apela aos Estados para promoverem a alfabetização digital e facilitar o acesso a informações na Internet:

“Affirms that quality education plays a decisive role in development, and therefore calls upon all States to promote digital literacy and to facilitate access to information on the Internet, which can be an important tool in facilitating the promotion of the right to education;”

No que concerne à acessibilidade dos cidadãos com deficiência, o Conselho também solicita aos Estados tomarem as medidas adequadas para promover a participação das pessoas com deficiência:

“Encourages all States to take appropriate measures to promote, with the participation of persons with disabilities, the design, development, production and distribution of information and communications technologies and systems, including assistive and adaptive technologies, that are accessible to persons with disabilities;”

O autor brasileiro, Filho (2003) elencou os três pilares fundamentais para que a inclusão digital aconteça: TIC, renda e educação. Quando menciona o termo renda, refere-se a rendimento, pois sem este não é possível comprar computador ou pagar um plano de Internet. Porém não se pode dizer que basta a existência de Internet ou computador para se estar incluído digitalmente, uma vez que sem a verdadeira aprendizagem do uso desses recursos, também não é possível estar “conectado”. Assim, ALVES, 2017, refere que há inclusão no acesso (aquisição da tecnologia), mas uma exclusão no uso desta, se não se tiver competências para usar as tecnologias devidamente.

Deste modo pode-se afirmar que a Inclusão digital é resultado do que se denomina sociedade da informação, baseada nas redes digitais, ou na denominada sociedade do conhecimento, que eleva o saber perante o fazer.

A Inclusão digital potencia a cidadania digital, a qual contribuirá para uma sociedade mais igualitária, com a possibilidade de deixar de existir exclusão social.

A UNICEF tem alertado, sobretudo nos últimos anos, para o facto de que se não forem adotadas soluções, aumentará a disparidade existente entre os países mais desenvolvidos e as nações em desenvolvimento. Apela assim à implantação de “uma era digital igualitária” de modo a promover a melhoria das oportunidades da infância.

Diversos autores referem que o uso das novas tecnologias é imparável e como tal estas devem ser usadas de modo positivo, para que até as próprias crianças sejam capazes de manifestar através delas suas necessidades e preocupações.

A inclusão digital é também considerada fundamental no processo de democratização do acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), de modo a garantir o acesso aos meios digitais e suas ferramentas, e a inclusão social de cada cidadão, potenciando o sentimento de pertença ao coletivo social.

A Inclusão social pode ser positiva, pois de acordo com CASTELLS, 2004, p. 158, a internet “é um meio eficaz para manter os laços sociais débeis” (idem, p. 159) — que se poderiam perder — e “pode contribuir também para manter os laços fortes à distância” (idem, p. 160). Salienta ainda que os cidadãos constroem as suas redes, on-line e off-line, tendo por base os seus interesses, valores, afinidades e projetos. Denota-se assim que a internet, como potenciadora da inclusão social já se tornou indispensável no quotidiano das pessoas. Assim, a Internet torna-se indispensável para a participação e inserção na vida pública, pois vem tornando-se indissociável da noção de igualdade sócio-política.

Para Cruz (2004), a inclusão digital deve favorecer a apropriação da tecnologia de forma consciente, que torne o indivíduo capaz de decidir quando, como e para quê utilizá-la. Já no que concerne às comunidades, a inclusão digital é a aplicação das tecnologias a processos de modo a fortalecer as atividades económicas, capacidade de organização, educação e autoestima, bem como potenciadora da comunicação com outros grupos, entidades, serviços locais e qualidade de vida.

Como é do conhecimento geral e do senso comum, o conhecimento cada vez mais é considerado riqueza e poder e como tal a inclusão digital e o uso das TIC é fundamental.

A UNICEF (2017) identifica quatro benefícios derivados da implantação maciça de novas tecnologias:

1. Melhoria na qualidade da educação;

2. Possibilidade de acesso a ferramentas e informação que permitam aos jovens buscar novas soluções para seus problemas;

3. Nova economia com mais opções profissionais para os jovens, e

4. Melhor atenção em caso de emergência.

Não pode haver inclusão digital, sem que a sociedade tenha “literacia digital”, também denominada “digital literacy”, que de acordo com a definição proposta pela União Europeia, em 2008, significa: “Digital Literacy is the skills required to achieve digital competence; the confident and critical use ICT for leisure, learning and communication [...] (SILVA e PEREIRA, 2011, p. 228).

A capacidade para usar os equipamentos digitais corretamente permite reinventar o cotidiano, estabelecer novas formas de ação, novas práticas sociais específicas e modos diferentes de utilização da linguagem verbal e não-verbal. A “Literacia digital” exige que o indivíduo assuma uma nova maneira de realizar as atividades de leitura e de escrita, que pedem diferentes abordagens pedagógicas que muitas vezes ultrapassam os limites físicos das instituições de ensino, entre outras situações.

Assim, a designação Inclusão Digital não é apenas potencializar o acesso às TIC, mas sim, capacitar o indivíduo para retirar o máximo proveito das ferramentas tecnológicas, a partir da sua capacidade intelectual, e aplicá-las em seu contexto social.

1.5 TECNOLOGIAS DE APOIO

Existem muitas definições para “Tecnologias de Apoio” (TA). A maioria delas tem por base o proporcionar (mais) funcionalidade e (melhor) participação aos seus utilizadores.

De acordo com (PL 108-364, 2004) citado por Encarnação, P., Azevedo, L. & Londral, A. (2015) uma TA “é qualquer dispositivo, equipamento ou sistema – adquirido comercialmente, modificado ou personalizado – usado para aumentar, manter ou melhorar as capacidades funcionais de um indivíduo com deficiência”. Já Cowan e Turner-Smith (1999) referem que a TA pode ser qualquer dispositivo (produto de apoio) ou sistema que possibilita a um indivíduo realizar uma tarefa que não conseguiria realizar de outra forma, ou que aumenta a sua capacidade de realização ou a segurança com que realiza uma determinada tarefa.

De acordo com Cook & Polgar, 2008, as tecnologias de apoio, podem ser caracterizadas sob diversos pontos de vista.

As tecnologias de apoio contribuem, de acordo com Lima (2019), para a inclusão das pessoas com deficiência, promovendo a sua autonomia e ampliando a sua acessibilidade. De acordo com esta autora, as tecnologias de apoio dizem respeito à pesquisa, fabricação, uso de equipamentos, recursos ou estratégias utilizadas para estimular as capacidades das pessoas com deficiência. Estas podem ser divididas em baixa e alta tecnologia, com base no seu grau de desenvolvimento. As de baixa tecnologia são aquelas que apresentam reduzido desenvolvimento (lowtech), por exemplo as lupas. As de alta tecnologia são aquelas que apresentam elevado grau de desenvolvimento (hightech), por exemplo soluções baseadas em computadores, entre as quais se encontram as TIC convencionais (Cook et al., 2020).

Há ainda a salientar que as Tecnologias de Apoio, tal como aludido por Ribeiro et al. (2021), podem aumentar as oportunidades de acesso a ferramentas educativas e ambientais, possibilitando o desenvolvimento de competências e proporcionando atos como estudar, brincar, interagir e comunicar, contribuindo para a autonomia, inclusão e participação, de pessoas com diversidade funcional desde tenra idade.

Constata-se assim que os dispositivos (Produtos de Apoio) integrados nas referidas estratégias também podem ser definidos como Tecnologias de Apoio. Estas tecnologias de apoio são o potenciador da acessibilidade que pretende melhorar a comunicação bem como a realização de atividades a pessoas com deficiência.

As TIC podem ser consideradas como tecnologias de Apoio, no caso de a avaliação dos clientes considerar que estas são determinantes para o desenvolvimento das suas capacidades e competências, nomeadamente no acesso à atividade e participação (Cranmer, 2021; Faria, 2008). A seleção do produto de é individual, pois depende das características e necessidades de cada indivíduo.

As tecnologias de apoio podem ser designadas com base no seu custo, baixo ou alto, facilidade ou dificuldade de fabrico. Há ainda o conceito de reduzido desenvolvimento tecnológico (low-tech) ou de elevado desenvolvimento tecnológico (high-tech). Como exemplo de low-tech há as lupas ou as bengalas tradicionais, e de high-tech as cadeiras de rodas elétricas ou os computadores, por exemplo.

Porém, o mais importante nas TA é a adaptação destas às necessidades individuais de cada um. As tecnologias de apoio não são apenas os produtos em si mas também tudo o que é imprescindível para que possam ser benéficos para as pessoas com deficiência.

Uma outra diferenciação é a de dispositivo e de ferramenta. Um dispositivo tem benefícios para o utilizador, já as ferramentas necessitam que o indivíduo tenha determinadas capacidades, ou que desenvolva essas habilidades para o poder utilizar.

Por último há a salientar que as TA podem ser comerciais ou feitas à medida de cada indivíduo, nomeadamente para poder satisfazer as necessidades de um indivíduo, porém neste último caso os valores são muito mais elevados e nem sempre são facilmente suportáveis pelos familiares ou pelos próprios indivíduos.

A seleção das tecnologias de apoio tem de ter por base a individualidade e características, bem como as necessidades de cada pessoa, bem como a identificação das atividades que se pretendem realizar com autonomia ou o auxílio de alguém, recorrendo a tecnologia ou uma combinação destas hipóteses, avaliando o contexto de utilização, bem como se esta é ou não completamente adequada ao seu utilizador.

2. METODOLOGIA

“Understanding is, in the first place, to understand the field in which we are active and against which we are active”. Pierre Bourdieu

O objeto de estudo desta investigação é bastante complexo, tal como, toda a investigação em ciências sociais, assim sendo foi privilegiado o paradigma hermenêutico, compreensivo, de descoberta, defendendo a sua complementaridade (Boavida & Amado, 2006). Pretende-se, sobretudo, interpretar o pensamento/ a opinião dos outros, daí que a metodologia a adotar fosse compósita, politeísta (Bourdieu, 1992, in Vieira, 1999, p. 39). Importava conhecer, compreender e interpretar as representações que o sujeito, pessoa complexa, em estudo manifestava. Deste modo foi adotado, como método, o estudo de caso etnográfico (Stenhouse, 1994, in Amado, 2014), que permitiu estudar um fenómeno no seu contexto e refletir sobre as representações dos sujeitos nele envolvidos. Stenhouse (1994, in Amado, 2014, p. 132) explica o estudo de caso etnográfico do seguinte modo: “[...] estudo em profundidade de um único caso, através da observação participante, apoiada pela entrevista; em geral, não se foca diretamente nas necessidades práticas dos atores, mas preocupa-se com as interpretações e significados que estes atribuem aos contextos em que participam e isso pode ser motor de desenvolvimento.”

Surgiu, através de brainstorming, bem como de alguma análise documental a principal questão de investigação:

Qual é o impacto que o CRID tem nas pessoas com deficiência, nomeadamente na sua evolução pessoal e interpessoal?

Para poder investigar sobre esta pergunta surgiram inúmeros objetivos, no entanto destacam-se os seguintes, como sendo os principais:

- Conhecer e caracterizar o CRID;
- Analisar a qualidade dos produtos do CRID através da colaboração na aplicação e criação destes;
- Identificar recursos disponíveis no CRID;
- Analisar a importância do trabalho realizado no CRID, num estudo de caso através da opinião dos pais.

- Descrever a evolução e melhoria que, o indivíduo do estudo, teve com o uso dos recursos do CRID.

Com esta investigação, não se pretende fazer qualquer generalização, sendo esta uma das críticas que surgem em relação à adoção deste método, em particular, por impedir qualquer generalização. Pretende-se efetivamente descobrir, conhecer e interpretar o que efetivamente ocorre num determinado contexto, o que por si só é bastante relevante (Vieira, 1999, p. 43). Contexto este o do CRID. Como referido por Yáñez Casal (1996, p. 30), “o objecto e objectivo da análise das ciências sociais será, pois, identificar, compreender e explicar o sentido que os indivíduos atribuem às suas acções e descobrir os motivos pelos quais as executam em determinado momento histórico” (in Caria, 2003, citado por Vieira).

De facto, melhor do que procurar as causas, é importante procurar o sentido (interior, pelo sujeito). Neste contexto, a investigação-ação de teor etnográfico deve “informar-nos o ‘como’, mas especialmente o ‘porquê’ de alguém fazer determinada coisa” (Amado, 2014, p. 151).

A Etnografia é no seu âmago um modo de estar nas ciências do social. Podendo, de acordo com Luís Fernandes (citado por Silva, 2009, p. 47) ser “uma experiência radical de conhecimento”, “uma experiência de vida”, “uma maneira de viver”. Para Amado (2014, p. 145), é uma “estratégia de investigação”.

Na opinião de Vieira (1999, p. 33) a etnografia é “a técnica de descrever os contextos socioculturais pelo lado do próprio mundo do objecto observado”.

Assim a etnografia tenta conjugar, na atualidade, uma linguagem de teoria com uma linguagem de experiência, vivida num passado muito próximo. Assim, tal técnica necessita de uma estadia prolongada do investigador no contexto em estudo (trabalho de campo), para que possa compreender a interação social e deste modo apreender o seu sentido, para que possa refletir sobre isso.

O método etnográfico tem por base a personalização, pois tal como referido por Silva (2009, p. 46), “ethnography is a method that rests on the ‘persona’ of the researcher”. O papel do investigador será o de interagir com o seu objeto de estudo, servindo este método, etnografia, para descrever e interpretar (“detailed description and deep interpretation” (Silva, 2009, p. 46). Na etnografia “o instrumento principal de recolha de dados é a própria pessoa do investigador” (Caria, 2002, p. 12). O trabalho do

etnógrafo é muito absorvente, pois raramente sai ileso/ incólume do processo, devido ao confronto e à transformação que causa (Silva, 2009, p. 47).

Raul Iturra (citado por Vieira, 1999, p. 37), refere “nesta disciplina de trabalho etnográfico não se pergunta, não se opina: escuta-se e vê-se com a paciência necessária para reconstruir a epistemologia do outro até ao extremo de relativizar a própria”. Deste modo constata-se a importância da reflexão, não apenas da observação. Ao tentar “compreender a (i)rracionalidade do outro” (Caria, 2002), o etnógrafo terá um duplo papel, nomeadamente, o denominado “mutual knowledge” (Giddens, citado por Silva, 2009, p. 47), pois o investigador tenderá a entender o outro segundo as suas próprias perspectivas., havendo assim o entendimento mútuo. O investigador/ etnógrafo tenta, não apenas, perceber o comportamento/a compreensão dos atores, mas também o próprio significado que estes lhe dão. Por vezes há uma grande dificuldade/ tensão da pesquisa etnográfica, nomeadamente, a de se tentar perceber as reais representações dos atores/ protagonistas, pois o etnógrafo levantará sempre a dúvida se o que observa/ ouve/ regista será, de facto, aquilo que aconteceria caso não estivesse presente. O investigador enquanto etnógrafo encontra-se imerso nessa mesma realidade, não paira sobre ela. A postura do etnógrafo não deve ser a de criticar/ julgar, mas tentar entender os motivos da distância entre a oratória e a realidade que ele vê.

O paradigma etnográfico assume-se como de descoberta. O desafio da descoberta estará presente no “princípio de coupure”, de Bastide (1955), que pressupõe uma “gestão de pertenças”, um olhar para além do aparente, que apela à ideia de Saint-Exupéry (2008), de que “o essencial é invisível aos olhos”, numa atitude de respeito pelo outro, para que possa conhecer o outro. “O etnógrafo é objecto de processos de socialização local (os tais processos microssociológicos) que o obrigam a evidenciar as suas inseguranças e perplexidades e a relativizar as suas origens culturais. (...) Tem que se pensar a si próprio na relação com o outro.” (Caria, 2002, p. 12). Para estudar o outro, é preciso ouvi-lo e vê-lo à luz da sua perspectiva. O etnógrafo nunca deixa as suas representações, as suas pertenças, as quais muitas vezes podem entrar em confronto com o que encontra no terreno, ser questionadas, exatamente pelo contexto de descoberta que surge na interação e resultante da observação participante. O investigador deve sempre chegar à epistemologia do outro. Assim e sabendo que esse conhecimento deve partir do interior do contexto, cabe ao investigador “mergulhar” no campo/ field, entendido aqui como meio social. Essa aproximação não se faz seguindo as etapas delimitadas e diferenciadas

que surgem nos manuais, pois essas mesmas etapas podem (con)fundir-se. Surge assim uma relação dialética entre a teoria e o empirismo. A teoria está sujeita a uma reformulação permanente, de acordo com o contexto de descoberta, o que não significa a ausência da teoria, havendo assim uma mistura entre as fases, que noutros métodos são estanques. A Etnografia convive com o uso de várias técnicas, que não se tornam incompatíveis, mas que se complementam dependendo sempre do objeto de estudo. Há, no entanto, algumas técnicas principais, nomeadamente a observação participante (participant observation) e as notas de campo (fieldnotes). Existem outras técnicas, porém algumas podem ser centrais (observação participante, notas de campo, análise de conteúdo) ou periféricas (entrevistas, questionários, registos áudio/ vídeo, análise documental, entre outras) coexistindo num estudo etnográfico. Há a salientar e ressaltar que a pesquisa etnográfica apresenta-se como a mais autónoma, pois tenta-se interligar a linguagem da experiência com a linguagem da teoria, mediante a estadia prolongada no contexto em estudo, isto é, no trabalho de campo. Todavia, segundo Caria (2002), para que o investigador consiga tal intento, deve ter presente a sua condição de “fronteiriço”, ou como refere Pedro Silva (2009), trata-se de um estado “no fio da navalha”. O investigador tem de “estar dentro” para compreender, paralelamente, tem de “estar fora”, para racionalizar. De acordo com Amado (2014, p. 146), é necessário “situarmo-nos”, porém Isabel Baptista (2006, p. 71), devemos posicionar-nos numa “distância óptima”, que possibilite a proximidade para sentir o outro, para o cativar, mas sem se perdera capacidade de afastamento crítico, esse “exercício dialético de proximidade e afastamento” (Estrela, 2007, citada por Amado, 2014, p. 369). É exatamente isto que se pretendeu concretizar ao longo da investigação no campo do CRID. Tomando notas, no terreno, as quais, mais tarde, com o tal distanciamento, haveriam de ser reformuladas, pois há que transformar o que foi observado numa linguagem, quase como se fosse uma metáfora. Para Vieira, a metáfora vai para além da escrita, compara-se a uma ideia de tradução, de significação própria de uma palavra para outra significação. De acordo com Oldfather e West (1994), citadas por Vasconcelos (2000, p. 51), “a metáfora convida(...) as qualidades improvisacionais que permitem aos etnógrafos voar livremente em relação a acontecimentos inesperados e percepções emergentes”.

Para Silva, o etnógrafo, como tradutor intercultural, deve ser fluente em três “línguas”: a dos “nativos”, a do “senso comum” e a das ciências sociais. Compreende-se

assim que é importante que o etnógrafo tenha uma preparação científica, bem como competências relacionais.

2.1 INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS

Em relação às técnicas de recolha da informação (Bell, 2010; Amado, 2014), foram destacadas e utilizadas três, designadamente, a análise documental, a observação participante e a entrevista semiestruturada.

Relativamente à análise documental, demos especial atenção a toda a documentação referente aos clientes do CRID, bem como à documentação sobre a sua criação, atividades realizadas bem como outra considerada pertinente. Estes documentos permitiram conhecer a identidade do CRID, funções bem como o seu plano de ação, com a visão, a missão e os valores do mesmo.

A observação participante, foi privilegiada, isto é, o acompanhamento, *in loco*, através da escuta sensível (Baptista, 2006; Montenegro, 2008), de diversas atividades dinamizadas pelo CRID ao longo da investigação, em particular, atendimentos a clientes e famílias, realização de conferências e participação nas mesmas, criação de documentos. Salvaguardamos, aqui, a empatia que o investigador tem de ter e mostrar para com o sujeito observado, neste caso os encarregados de educação dos clientes, bem como os clientes, entre outros.

Foi dada ênfase à entrevista como forma de chegar ao entendimento do outro. As entrevistas foram individuais e semiestruturadas, de modo a se ter um guião prévio, que tivesse algum sentido/ fio condutor, mas que, por sua vez, potenciasse a interação com o entrevistado, conferindo-lhe grande liberdade de resposta (Amado, 2014, p. 208).

Foi entrevistada, via email a mãe de um dos clientes do CRID, bem como o pai de uma outra cliente. Estas entrevistas pretenderam se centrar no mundo dos educandos dos entrevistados, ouvindo mais que propriamente perguntando (por isso etnográficas) e, muitas vezes, colocando a ênfase na própria biografia dos sujeitos, suas trajetórias e papéis desempenhados na vida dos seus educandos e sobretudo contando as vivências destes na sociedade em geral (por isso etnobiográficas) [...]. (Vieira, 2011, p. 184)

2.2 O CRID COMO POTENCIADOR DA INCLUSÃO DIGITAL E COMUNICAÇÃO

Tem-se constatado que a utilização das tecnologias pode ter um impacto positivo sobre a experiência de aprendizagem destes alunos com NE, assumindo-se o uso destas ferramentas como uma estratégia educacional especializada, que apoia a inclusão académica, cultural e social. As TIC assumem-se assim como importantes ferramentas ao serviço de professores e alunos, bem como restante comunidade educativa, para superar barreiras e promover a aquisição de inúmeras competências, promovendo a equidade, bem como possibilitando o ultrapassar de obstáculos e promovendo a aquisição de competências diversas.

A presente investigação pretende ter por base a metodologia de Investigação- Ação, pois a investigadora ao longo da investigação participou ativamente na implementação de atividades para poder dar resposta a alguns dos objetivos a que se propôs inicialmente.

A investigadora realizou no CRID inúmeras atividades, estando em contacto direto com os clientes, bem como com os técnicos que aí trabalham. A investigação que realizou, visava contribuir para a compreensão da importância do CRID na vida das pessoas com deficiência que são clientes deste. Assim procedeu-se à recolha e tratamento de dados sobre a Importância das Tecnologias de Apoio no desenvolvimento da autonomia destes clientes, de forma a compreender a sua importância. Fez-se uma análise das vantagens e desvantagens das diferentes abordagens e cumulativamente, foi analisado em que medida o uso sistemático de hardware e software adequado a cada um e como este contribui para o desenvolvimento da sua autonomia.

2.3 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS AO LONGO DA INVESTIGAÇÃO- AÇÃO

Ao longo deste período foram sendo desenvolvidas atividades que englobam:

- Recolha de dados;
- Análise de software e hardware;
- Elaboração de materiais em braille, alto relevo e 3D
- Adaptação de brinquedos

Os pontos 3 e 4 situam-se no método etnográfico e na observação participação, pois a investigadora teve a possibilidade de estar em campo e ter contacto direto com os clientes através da realização de atividades do CRID, através do uso das TIC como Tecnologias de Apoio.

Numa fase inicial, que poderá ser considerada como preparatória, realizou-se uma reunião com o coordenador do mestrado Professor Doutor Filipe Santos e com a orientadora Professora Doutora Célia Sousa, ela própria Coordenadora do CRID, a fim de preparar a intervenção. Neste sentido, foi delineada a intervenção para a realização da investigação, contendo as etapas deste processo, assim como, as datas previstas para o mesmo. Nesta primeira reunião de orientação, foram ainda delineados alguns aspetos a ter em conta no trabalho em campo etnográfico, tais como: a compreensão do contexto do CRID; perceção da visão dos pais/ Encarregados de Educação ou pessoas significativas; auscultação dos pontos de vista dos técnicos, assim como, da coordenadora e, por fim, realização de um estudo mais aprofundado para apreensão do contexto e da visão do utente e da família. Ao longo da investigação estes aspetos foram sofrendo alterações considerando as tarefas que ia realizando.

Aquando do início desta investigação, foi necessário conhecer o CRID. Conhecer remete não só para o espaço físico do mesmo, mas também para toda a sua história e como tal da documentação existente.

Como investigado e pretendendo conhecer a realidade em que iria estar, e tendo por base a investigação ação houve necessidade de conhecer o espaço do CRID bem como os técnicos que aí trabalham, isto numa primeira fase. O conhecimento do espaço foi realizado ao longo de vários dias, pois apesar de aparentemente as duas salas onde se situam as instalações do CRID se situarem ao lado uma da outra e serem relativamente pequenas, há, no entanto, muito a saber sobre o que é realizado em cada uma delas, bem como os materiais e instrumentos que aí se encontram. Ao longo deste conhecimento do espaço, foi realizado o conhecimento dos diversos técnicos. Destes técnicos alguns estão a tempo integral no CRID, outros apenas parcialmente. Outros ainda como a situação de um aluno que ali se encontrava através do projeto Aluno Fundo de Apoio Social ao Estudante (FASE®), coordenado pelos Serviços de Ação Social (SAS) do Politécnico de Leiria. O FASE® pretende complementar os demais formatos de apoio existentes, auxiliando estudantes que estão empenhados em concluir o seu curso. Este programa visa contribuir para o combate ao abandono e insucesso escolar, facilitando a integração social e académica dos estudantes e possibilitando a aquisição e o desenvolvimento de competências transversais, promotoras de empregabilidade e sucesso profissional. Um outro técnico encontrava-se ali a realizar o seu Pós-Doutoramento. Este era proveniente do Brasil. Uma outra técnica encontrava-se também ao abrigo de uma Bolsa de

Investigação, neste caso de origem espanhola. Aqui se denota a importância que o CRID tem, quer a nível nacional, quer internacional.

Ao longo do contacto diário, quer com o espaço do CRID quer com os técnicos que aí trabalham, foi também necessário conhecer a documentação base do CRID. Essa documentação é bastante variada, pois para além da documentação histórica, há também a documentação individual de cada cliente do CRID. Essa documentação de um modo geral inclui: ficha de acompanhamento / registro - áreas de desenvolvimento (por período), Plano Individual do Utente (PIU), Ficha De Acompanhamento / Registro, Anamnese, Síntese Descritiva, Síntese Descritiva– Uso De Recursos E Testagem De Equipamentos/Tecnologias e autorização para uso de imagem e nome. Ao longo da permanência no CRID como investigadora foi possível ir conhecendo também os clientes/ utentes deste bem como as suas pessoas significativas ou familiares. Foram inicialmente poucos os contactos, pois não havia ainda a familiaridade, nem o conhecimento de quem era aquela pessoa, mas ao longo do tempo foi possível ir conhecendo cada um na sua singularidade e ter algumas conversas e sobretudo ouvir alguns desabafos dos seus familiares. O CRID, de acordo com algumas observações, possui um ambiente familiar que o caracteriza e que possibilita o à vontade para colocar questões, para “dois dedos de conversa” e sobretudo para sentir que não estão sós, quer utentes/ clientes quer os seus familiares. Há mais pessoas na sua situação, apesar da individualidade, mas que muitas vezes os problemas são comuns e denota-se que muitas vezes o ouvir “estamos aqui” calma os corações e ajuda a avançar mais um dia, a sentir que nunca estarão sozinhos, mesmo nos dias mais complicados.

Durante este período e para dar resposta a um dos objetivos da investigação, analisar a qualidade dos produtos do CRID através da colaboração na aplicação e criação destes; foram desenvolvidos alguns materiais de apoio ao nível da literatura infantil, nomeadamente adaptação de livros infantis em escrita fácil, braille, alto relevo e áudio. A nível de investigação foi possível aferir a importância do braille na comunicação, neste caso das pessoas cegas ou com baixa visão. Permitiu constatar que a escrita braille é um meio de comunicação fundamental para estes. A sua integração em alguns monumentos, ementas de restaurantes, entre outros, permite uma maior independência destes, já não necessitando de estar dependentes de terceiros para estarem integrados e, no caso de restaurantes, poderem escolher o que pretendem degustar.

Para que a impressão de livros em braille seja bem realizada é necessário colocar o texto em páginas diferentes, ou seja, o texto que está numa página para leitura sem braille, tem, muitas vezes, texto a mais para poder ser passado para braille. Como tal tem de se ter o cuidado de separar corretamente o texto para que depois seja colocado em braille, correspondendo assim o texto ao braille da página. Este trabalho é muito minucioso e leva bastante tempo a fazer, para que depois a impressão saia corretamente.

No CRID existem três máquinas de impressão braille e a primeira ideia que se tem quando estão a imprimir é a de demasiado barulho. Esse barulho prende-se com o facto de cada máquina ter de perfurar o papel numa certa medida, para que a pessoa cega ou com baixa visão possa ler o que está escrito. A escrita braille tem por base um conjunto de pontos, que conforme a sua posição, indicam uma letra. Também tem uma simbologia própria para se verificar se é letra maiúscula ou minúscula, o mesmo acontecendo com a numeração.

Ao longo da permanência como investigadora no CRID foi possível também realizar trabalho com alto relevo. O alto relevo permite às pessoas cega ou com baixa visão tatearem uma imagem, pois esta encontra-se em alto relevo. A impressão é realizada numa outra máquina e num tipo de papel específico.

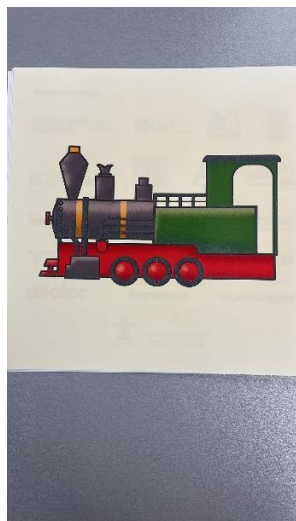


Figura 1 - Imagem Impressa em Relevo

A investigadora realizou a adaptação do livro infantil “Flora e a carta mais importante do mundo”, que é um livro sobre o meio ambiente escrito especificamente para crianças. Esta adaptação foi feita para braille e pictogramas, possibilitando a leitura por todos, uma leitura inclusiva, não deixando ninguém de fora.



Figura 2 - Livro Multiformato

Em fevereiro a Equipa do CRID, bem como a investigadora, deslocaram-se a Cabo Verde para participar num seminário de dois dias sobre Comunicação Aumentativa e tecnologias de apoio para alunos de mestrado e professores da Universidade de Cabo Verde, bem como para profissionais da Associação Colmeia da cidade da Praia, Cabo Verde. Deste modo a investigadora teve a possibilidade de dar formação sobre o projeto “Mil brinquedos, mil Sorrisos” do CRID tendo explicado e exemplificado como fazer adaptação de brinquedos, para que fosse possível ser colocado em prática também em Cabo-verde.



Figura 3 - Trabalho desenvolvido em Cabo Verde

Uma outra atividade desenvolvida pela investigadora teve por base a Jornada Mundial da Juventude, nomeadamente na adaptação das meditações do terço, da oração do terço entre outras atividades. Foi necessário adaptar as meditações do terço, a oração do terço, para pictogramas, bem como para Sistema Pictográfico de comunicação, acrescentando ainda o braille. Este trabalho foi solicitado pela Fundação da Jornada Mundial da Juventude, que posteriormente solicitou o que a oração do terço fosse passada para

pictogramas, Sistema Pictográfico de comunicação e braille em diversas línguas, como o Inglês, Espanhol, Italiano e Francês.

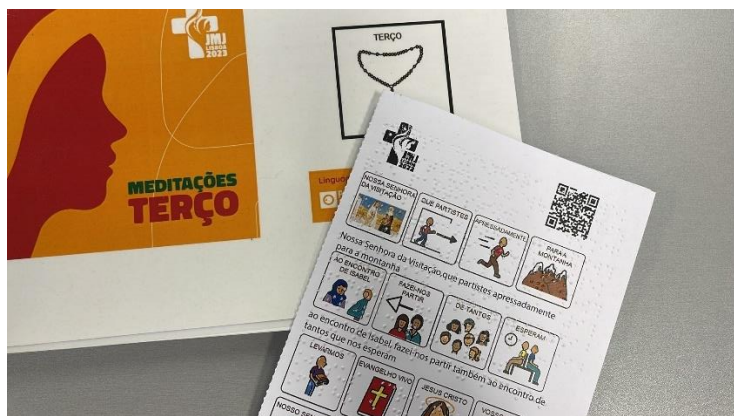


Figura 4 - Jornadas Mundiais da Juventude 2023

Foi ainda realizada a adaptação do livro “EKUI” e do livro “ O Monstro das Barreiras”.

Ao longo deste tempo foram sendo recebidos alunos de licenciatura e mestrados diversos, quer apenas para visita ao espaço e tomada de conhecimento do trabalho aí realizado, quer para realização de trabalhos com a orientação da Doutora Célia Sousa, bem como com o apoio dos diversos técnicos do CRID.

Chegaram, ao longo do ano, vários grupos de docente oriundos de diversos países, nomeadamente, Alemanha, França, que visitaram o CRID e realizaram ali algumas atividades, para posteriormente duplicarem os trabalhos nos seus países de origem.

Diversos formandos do IEFPP, realizaram ali visitas no âmbito dos cursos em que se encontram, para conhecerem as tecnologias de apoio ali aplicadas, bem como o trabalho realizado em prol da comunidade, o que permitiu constatar a importância do CRID para toda a comunidade, mesmo com pessoas sem incapacidades.

Foi possível à investigadora passar para a fase de experimentação e validação com apresentação dos materiais realizados, com recurso ao diverso hardware e software disponibilizado no CRID. Testou progressivamente os materiais desenvolvidos junto de escolas de referência para crianças e jovens cegas e com baixa visão e através da plataforma do projeto de Leitura Inclusiva Partilhada – PLIP do Politécnico de Leiria, permitindo assim chegar a diferentes participantes, para que os resultados apresentem melhor qualidade e rigor científico, quer a nível nacional, quer internacional.

Ao longo desta investigação -ação e para trabalho efetivo realizado com os utentes do CRID, foi usado o software GRID 3. Este software é um software de comunicação aumentativa e alternativa passível de ser usado em qualquer idade e com a possibilidade de evoluir com o utilizador em várias áreas, nomeadamente: estimulação sensorial, causa-efeito, aprendizagem, comunicação, controlo do computador e controlo de ambiente.

Este software tem a possibilidade de ter uma voz feminina ou masculina de elevada qualidade, permitindo “falar” tudo o que quiser, quer seja comunicação rápida já preparada previamente, frases feitas dentro ou fora do programa e até mesmo ler uma página web se necessário.

O Grid 3 permite a utilização de qualquer interface de acesso ao computador, devido às suas inúmeras configurações, conseguindo adaptar-se à funcionalidade do utilizador, permitindo total independência na sua utilização. As novas atualizações permitem atualmente ter uma ligação direta ao telemóvel Android e iOS possibilitando a realização de chamadas e envio de SMS de forma acessível.

Com este software foi possível trabalhar a comunicação acessível e sobretudo de vida diária com os utentes. Exemplos desse vocabulário trabalhado foram as cores, o desejar bom dia, boa tarde, cumprimentar as pessoas, obrigado, a ação de pedir algo, seja comida, bebida, ir à casa de banho, entre outras.

Foi possível desenvolver e conhecer o software e hardware existente ao nível das tecnologias de apoio direcionadas para a população cega e adaptar e imprimir 6 livros infantis em braille e respetivas ilustrações em alto relevo, bem como 3 outros livros adaptados.

3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Esta investigação entrou posteriormente na parte mais prática, onde se investigou, conheceu, comunicou e intervencionou na vida de jovens com deficiência que frequentam o CRID.

Far-se-á primeiro uma resenha do historial do CRID com base na análise documental bem como de acordo com informação disponibilizada pela Coordenadora do CRID em diversos suportes. Esta resenha histórica pretende dar resposta ao primeiro objetivo: Conhecer e caracterizar o CRID.

3.1 CRID – CENTRO DE RECURSOS PARA INCLUSÃO DIGITAL

O CRID é o Centro de Recursos para a Inclusão Digital, da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de Leiria. Este é um espaço dotado de recursos tecnológicos direcionados para pessoas com Necessidades Educativas Especiais.

O projeto CRID® – Centro de Recursos para a Inclusão Digital surgiu em 2006 de um diagnóstico de necessidades do distrito de Leiria e do forte empenho e motivação da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Politécnico de Leiria. Este projeto, que é mais do que um espaço com equipamentos adaptados aos cidadãos com necessidades específicas, pretende ser um serviço privilegiado de apoio à comunidade na área da acessibilidade digital. Dotado de recursos tecnológicos e dinamizado por técnicos qualificados, este centro tem como missão promover a inclusão social da população com necessidades específicas através do recurso a ajudas técnicas/produtos de apoio no âmbito da acessibilidade digital.

“O uso das tecnologias adaptadas às necessidades das crianças (...) pode ser considerado elemento facilitador da motivação para as atividades educativas (atividades e/ou estratégias), da interação com o meio em que vive, da criatividade, da autoconfiança, da compreensão de conceitos e de conhecimentos teórico práticos, da autonomia na resolução de problemas, bem como do desenvolvimento do raciocínio lógico”. Alves (2008, p.27)

3.2 CRID – CENTRO DE RECURSOS PARA A INCLUSÃO DIGITAL – BREVE HISTÓRIA

A Escola Superior de Educação de Leiria (ESEL), fundada em 1979, atual Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS), iniciou as suas atividades letivas em 1985 e foi integrada no Instituto Politécnico de Leiria (IPL) em 1987.

Anos mais tarde, apresentou uma proposta de Inclusão Digital, denominada CRID – Centro de Recursos para a Inclusão Digital, à Linha de Apoio ao Programa Nacional para a Participação dos Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação. O projeto pretendia realizar uma parceria da ESEL, APPC - Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Leiria, da CERCILEI - Cooperativa de Ensino e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Leiria, do Agrupamento de Escolas José Saraiva e da já extinta ECAE da Batalha.

Atualmente as parcerias são mais diversificadas. A parceria inicial criou um Centro de Referência na área das TIC, com uma sala de demonstração e de avaliação devidamente equipada com um conjunto de ajudas técnicas. Na atualidade o espaço está apetrechado com um vasto conjunto de equipamentos que permite aos cidadãos com Necessidades Específicas o contacto com as TIC, contribuindo para a sua formação, impulsionando a habilitação e certificação de cidadãos com necessidades especiais na sociedade da informação. Há ainda a salientar que o espaço foi expandido e que ocupa agora duas salas no rés do chão do edifício B da ESECS.



Figura 5 - Entrada para o CRID

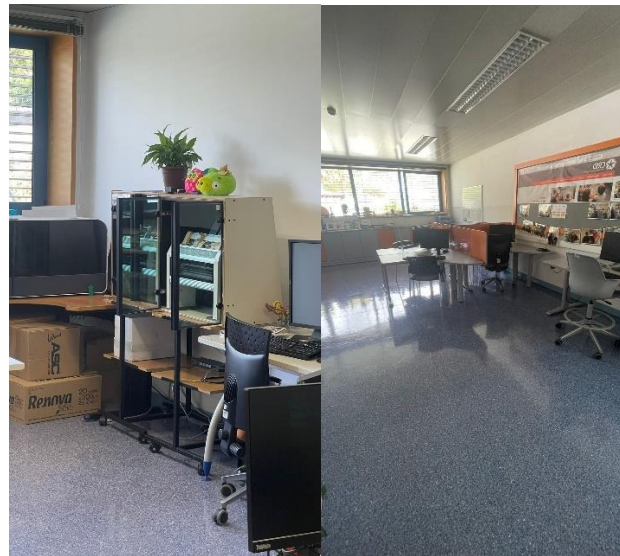


Figura 6 - Salas de trabalho CRID

Havia na comunidade a necessidade de haver um serviço que incrementasse a interação de algumas instituições que ajudam os cidadãos com necessidades especiais, existentes na região na altura, necessidade essa que resultou neste projeto inovador a nível nacional e internacional.

a. Objetivos do Projeto

O CRID, primariamente, pretende encontrar soluções para colmatar as dificuldades que a população com NEE (Necessidades Educativas Específicas) possui ao nível das TIC, relativamente no que concerne no uso de apoios técnicos e pedagógicos, bem como no acesso a recursos digitais.

Um dos objetivos primordiais do CRID, é fomentar a utilização das TIC por parte de todos os cidadãos, contribuindo assim para uma sociedade inclusiva, com capacidade de responder às diferentes necessidades que a diversidade dos indivíduos apresenta. Diminuir as dificuldades e privilegiar a igualdade de oportunidades são também o seu grande propósito.

A atividade do CRID gira à volta de três eixos fundamentais:

- Avaliação;
- Diagnóstico;
- Formação/investigação.

Os seus principais objetivos são:

- Habilitar cidadãos com necessidades especiais para a participação na Sociedade de Informação;
- Avaliar e prestar aconselhamento sobre tipos de equipamentos ou ajudas técnicas e respetivas estratégias de utilização, adequadas às necessidades do cidadão com deficiência;
- Apoiar e formar os profissionais das escolas, hospitais, das associações de apoio a deficientes, de segurança social, das entidades empregadoras e dos pais, ou outros educadores, na utilização das ajudas técnicas;
- Estudar o potencial de desenvolvimento, conceção e adaptação de tecnologias na área das ajudas técnicas, cruzando saberes e experiências de múltiplas áreas científicas;
- Criar um portal associado ao centro.

3.3 PARCEIROS

O CRID criou parcerias com um vasto grupo de parceiros, de modo a que estas parcerias sejam dinâmicas, experientes e conhecedoras de questões relacionadas com a inclusão e as necessidades especiais/ específicas, como a ESECS de Leiria e o IPL, a Direção Regional de Educação do Centro (DREC), a APPC de Leiria, a CERCILEI, Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Pombal (CERCIPOM), o Agrupamento de Escolas José Saraiva (Leiria), Agrupamento de Escolas das Colmeias, Hospital Santo André (Leiria), Associação e Centro de Recursos Carisma D`Emoções (Aljubarrota), KIE – Associação Conhecimento, Inovação e Educação (Caldas da Rainha), Equicomplex – comércio de equipamentos informáticos (Leiria).

O CRID também presta assessoria científica aos CRTIC da área de influência da DREC - zona Centro - Aveiro, Coimbra, Guarda, Pombal, Viseu e Castelo Branco, e tem parcerias com outros CRTIC, quer da zona de Lisboa e Vale do Tejo (Caldas da Rainha, Seixal, Loures e Setúbal), quer da zona do Alentejo (Évora).

Presta ainda apoio a autarquias ao nível das acessibilidades, ao Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) de Leiria, na formação de pessoas com necessidades específicas, às famílias aquando da necessidade de utilização dos equipamentos prescritos aos utentes, bem como a alunos das diferentes escolas do IPLeiria que se encontram a desenvolver trabalhos de investigação na área das necessidades específicas, servindo de laboratório para investigação e desenvolvimento de trabalhos de diferentes temáticas nestas áreas. Aconselha também os empresários no âmbito de equipamentos a nível de hardware e software para empregabilidade de pessoas com necessidades específicas.

Este centro de recursos está aberto à comunidade, procurando não só receber todos os cidadãos com necessidades específicas, mas também efetuar uma verdadeira interação com toda a comunidade, nomeadamente dando a conhecer todas as suas potencialidades.

3.4 INICIATIVAS

Uma das grandes iniciativas do CRID é a Campanha “Mil Brinquedos por Mil Sorrisos”, que desde 2008 recebe brinquedos eletrónicos, novos ou usados, que são adaptados pelos alunos e professores do curso de Engenharia Electrotécnica da ESTG-Escola Superior de Tecnologia e Gestão, do IPLeiria. Posteriormente, são tratados, embrulhados e oferecidos numa cerimónia simbólica às crianças que carecem destes pequenos mimos, nomeadamente crianças com deficiências motoras (de instituições, escolas, particulares), no âmbito das comemorações do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência. Os brinquedos adaptados não funcionam sem um switch, ou seja, um manípulo de acesso, ou um botão, que permite ao usuário acionar o brinquedo com qualquer parte do corpo.



Figura 7 - Brinquedos Adaptados

É de salientar que o CRID foi membro efetivo da rede europeia EDeAN (European Design for ALL e-Accessibility Network), que é a Rede Europeia de Desenho para Todos e e-Acessibilidade, cujo objetivo era contribuir para o desenvolvimento do Desenho para Todos, fomentando a acessibilidade ao maior número de cidadãos.

3.5 EQUIPAMENTOS E SOFTWARE

Este tópico pretende ser a resposta ao segundo objetivo da investigação: Identificar recursos disponíveis no CRID.

O CRID possui atualmente uma vasta gama de equipamentos e software, a par de uma pequena biblioteca (com livros em Braille, relevo, Sistema Pictográfico para a Comunicação (SPC), entre outros). Estes materiais estão disponíveis para todos os que deles necessitem, nomeadamente utentes que frequentem o CRID, técnicos, pais, educadores, e comunidade em geral, para a intervenção e trabalho que pretendam desenvolver com os cidadãos com necessidades específicas.

Os equipamentos são: computadores e monitores táteis, digitalizadores de fala com e sem varrimento, dispositivos de acesso ao computador, manípulos e outros dispositivos, sendo inúmeros os softwares disponíveis para utilização.

Equipamentos presentes no CRID:

- Digitalizadores de fala sem varrimento
- Digitalizador Portátil- de transporte fácil uma vez que vem inserido numa bolsa de prender à cintura;
- Álbum de Comunicação- semelhante a um álbum de fotografias com um digitalizador que permite gravar em cada página uma mensagem de 10 segundos;
- Bigmack, é um comunicador simples que inclui um cabo para ligar a um brinquedo adaptado ou outro dispositivo, podendo assim ativar um brinquedo enquanto a mensagem gravada é reproduzida.



Figura 8 - Tecnologias de Apoio

Equipamento com varrimento Talara 32, um digitalizador de fala com varrimento bastante completo, com um máximo de 32 células.

No que diz respeito a dispositivos de acesso ao computador, um dos sistemas mais inovadores que é utilizado através do olhar é o My Tobii. Esta nova tecnologia permite detetar com rigor para onde o utilizador está a olhar seguindo o movimento dos seus olhos, dando a possibilidade ao utilizador de controlar o computador através do olhar para o ecrã.



Figura 9 - Tecnologia de Apoio para PC - TOBII

Para os clientes mais jovens, nomeadamente crianças, destacam-se diversos manípulos, que apresentam formas e dimensões apropriadas à criança, permitindo um apoio adequado à mão e também adequados às necessidades da criança.

Há ainda a destacar a Máquina de Relevos, que permite colocar imagens e textos em relevo, facilitando a leitura a pessoas cegas ou com baixa visão.



Figura 10 - Manípulos de Acesso ao Computador



Figura 11 - Máquina de Relevo

3.6 POPULAÇÃO (CLIENTES) COMPARAÇÃO ENTRE OS ANOS LETIVOS DE 2010/2011 E 2022/2023

Ao longo da análise de dados foi possível constatar que o número de clientes do CRID tem variado, nomeadamente aumentado ao longo da sua existência. Foi assim possível fazer um estudo comparativo.

Nesta investigação pretende-se fazer um paralelismo/ comparação entre os dados da década de 2010 e a atualidade, no que à deficiência diz respeito. Foi assim realizada

uma pesquisa sobre este tema. A pertinência desta comparação prende-se com a evolução do CRID, nomeadamente no que diz respeito ao apoio prestado aos seus clientes.

Segundo os resultados dos Censos 2011, Portugal tinha mais de 10,5 milhões de residentes, distribuídos por mais de 4 milhões de famílias. Os dados relativos aos indivíduos com deficiência recenseados em 2011 indicam que um total de 40,5% da população residente estava afetada por problemas de saúde ou dor prolongadas, sendo destes 36,5% homens e 44,4% das mulheres, totalizando um total de 1792719 pessoas.

Já em 2021 este número decresceu para 1085472, sendo 410609 homens e 674863 mulheres.

Neste sentido, são apresentados os dados referentes aos Censos de 2011.

O número de pessoas com deficiência recenseadas em 12 de março de 2011 cifrou-se em 634408, das quais 333911 eram homens e 300 497 eram mulheres, representando 6.1% da população residente (6.7% da população masculina e 5.6% da feminina).

Analisando por tipos de deficiência, verifica-se que a taxa de incidência da deficiência visual era a mais elevada, representando 1.6% do total de população, com a mesma proporção entre homens e mulheres. Os indivíduos com deficiência auditiva registavam uma percentagem mais baixa (0.8%), também com valores relativos muito semelhantes entre os dois sexos: 0.9% de homens e 0.8% de mulheres. A deficiência motora registou valores mais diferenciados entre os dois sexos, pois, enquanto nas mulheres esta proporção foi de 1.3%, nos homens elevou-se a 1.8%; no conjunto da população a proporção de indivíduos com alguma deficiência deste tipo cifrou-se em 1.5%. A população com deficiência mental situou-se nos 0.7%, representando 0.8% na população masculina e 0.6% na população feminina. A paralisia cerebral foi o tipo de deficiência com menor incidência na população recenseada, ligeiramente superior entre a população masculina. O conjunto das outras deficiências, que inclui as não consideradas em qualquer dos outros tipos, cifrou-se em 1.4% do total de indivíduos, 1.6% nos homens e 1.2% nas mulheres.

A zona Centro detinha a taxa de incidência mais elevada (6.7%), contrapondo-se à Região Autónoma dos Açores que registou a mais baixa (4.3%), logo seguida da Madeira com 4.9%. Em Lisboa e Vale do Tejo observou-se a segunda taxa mais elevada (6.3%), enquanto o Norte (5.9%), o Algarve (6.0%) e o Alentejo (6.1%) se encontravam muito próximos do valor encontrado para o País.

As taxas de incidência do sexo masculino são mais elevadas que as do sexo feminino em todas as regiões do País, destacando-se a zona Centro com a maior diferença (7.4% contra 6.0% do sexo feminino) e a Região Autónoma dos Açores com a menor (4.4% entre a população masculina e 4.1% entre a população feminina).

O CRID situa-se na zona Centro, e com maior população de utentes masculinos do que femininos, indo de encontro aos dados acima apresentados.

Segundo os dados facultados pelo CRID relativamente ao ano letivo 2010/11 (Relatório da Análise de Dados da Organização), o centro recebeu setenta e um utentes, entre os dois e os sessenta anos de idade, obtendo-se assim uma média de idades de, aproximadamente, vinte e quatro anos. Constata-se que existiam quarenta e três clientes do sexo masculino e vinte e oito do sexo feminino.

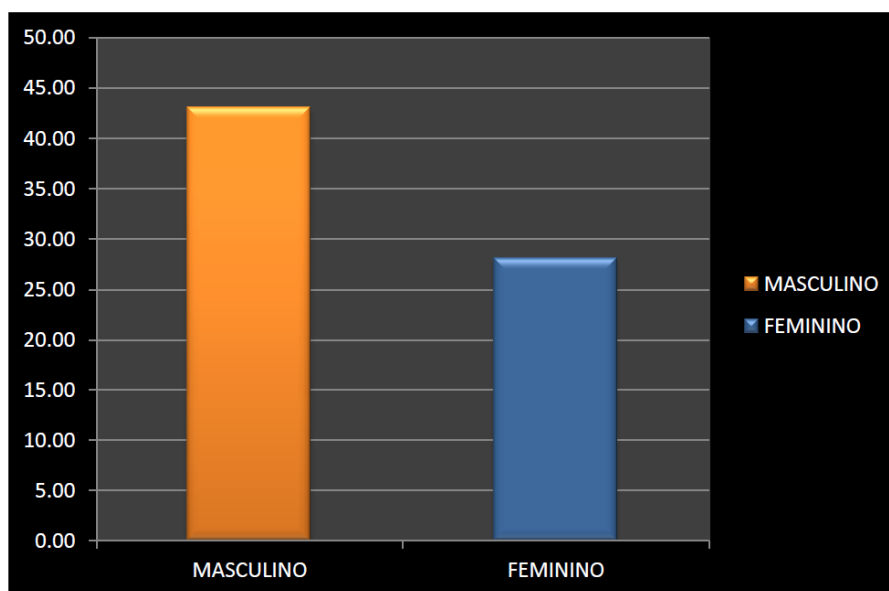


Gráfico 1 - Incidência por Género (dados CRID 2010/2011)

No ano letivo 2022/2023 o CRID teve um total de 93 clientes/ utentes, entre os 8 e os 82 anos de idade, obtendo-se uma média de idades de, aproximadamente 33,7 anos. Constata-se que existiam cinquenta e sete clientes do sexo masculino e trinta e seis do sexo feminino.

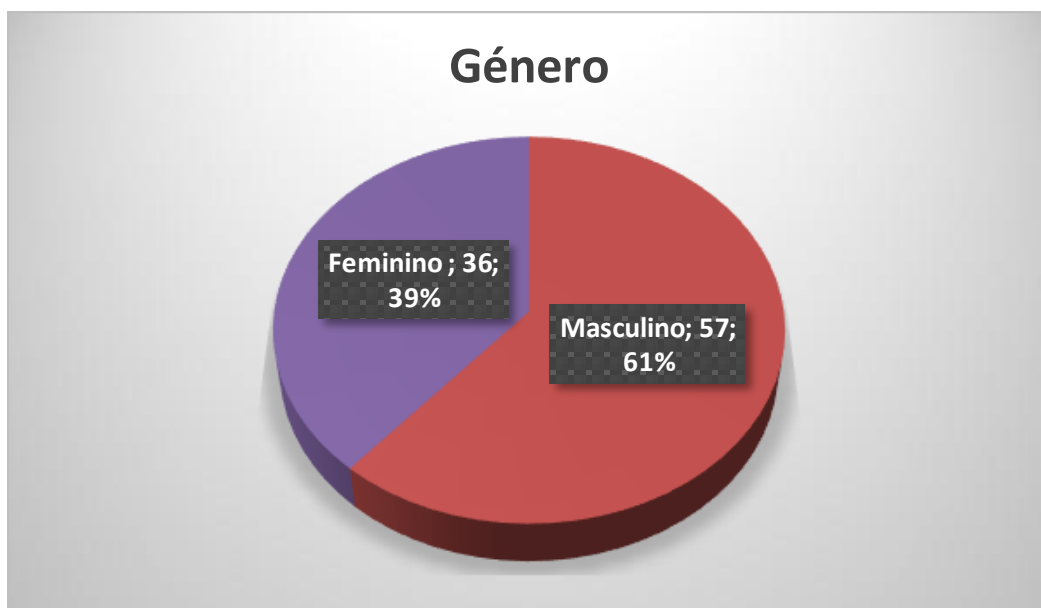


Gráfico 2 - Incidência por Género (dados CRID 2022/2023)

Em 2010/2011 os utentes usufruíram do espaço em grupos, por intermédio das instituições distritais que apoiam pessoas com NEE, ou de forma individual, durante um período de uma hora, na maioria semanalmente ou quinzenalmente.

No ano letivo de 2022/2023 os clientes usufruíam do espaço quer em grupos quer individualmente. Em grupo os clientes são oriundos da AMITEI, CERCILEI e APPDA, num total de setenta e três clientes. No que concerne aos clientes que usufruem do espaço individualmente cinco eram provenientes da Escola Secundária Francisco Rodrigues Lobo, cinco da Escola Básica do 2 e 3.º Ciclos D. Dinis, um do Colégio Conciliar Maria Imaculada e nove de diversas proveniências.

De acordo com os resultados apurados, no ano letivo de 2010/2011 o CRID prestou serviços a seis instituições do distrito de Leiria, nomeadamente: CERCILEI, com 34% das presenças, Escola Básicas 2/3 D. Dinis, com 13% das presenças, OÁSIS, com 11% das presenças, CERCIPOM (Pombal), com 10% das presenças, CERCILEI – Polo de Porto-de-Mós, com 8% das presenças e, por fim, Escola da Corredora com 4% das presenças. Poderemos considerar três grupos, o das CERCIS (Cooperativas de Ensino e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados) com 56% das presenças, o das escolas com 17% das presenças, e o das Instituições Particulares de Solidariedade Social, com 11%. Os restantes 20% de comparências são atribuídos aos utentes que, de forma particular, fruem dos serviços prestados.

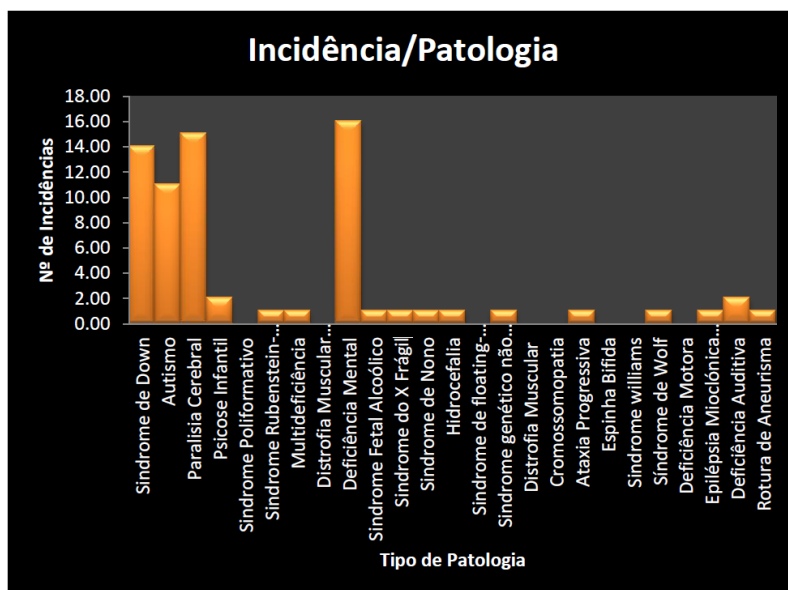


Gráfico 3 - Diagnósticos (dados CRID 2010/2011)

No ano letivo de 2022/2023 o CRID prestou serviços a seis instituições do distrito de Leiria, nomeadamente: CERCILEI, com 55,91% das presenças, Escola Básicas 2/3 D. Dinis, com 5,37% das presenças, AMITEI 5,37%, ESFRL 5,37%, APPDA 17,2%, CCMi 1,07%. Poderemos considerar três grupos, o das CERCIS (Cooperativas de Ensino e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados) com 73,11% das presenças, o das escolas com 11,82% das presenças, e o das Instituições Particulares de Solidariedade Social, com 5,37%. Os restantes 9,67% de comparências são atribuídos aos utentes que, de forma particular, fruem dos serviços prestados.

Da comparação destes dados pode-se afirmar que a origem dos utentes ao longo da última década tem sofrido alterações. No ano letivo de 2010/2011 a maioria dos utentes/ clientes eram oriundos das CERCIS e esse valor continua a ser o mais alto, tendo passado de 56% para 73,11%, convém, no entanto, salientar que a origem deste difere pois inclui os clientes das APPDA que anteriormente não eram clientes do CRID. Por outro lado, os clientes oriundos de escolas diminuíram, tendo passado de 17% para apenas 11,82%, bem como os das IPP que passaram de 11% para 5,37%, ou seja, passaram para quase metade. A grande diminuição ocorreu nos clientes individuais, que passaram de 20% para apenas 9,67%. Certamente existirão muitas razões para estas alterações, como mudança de legislação, entre outras, mas não cabe a esta investigação opinar sobre as razões.

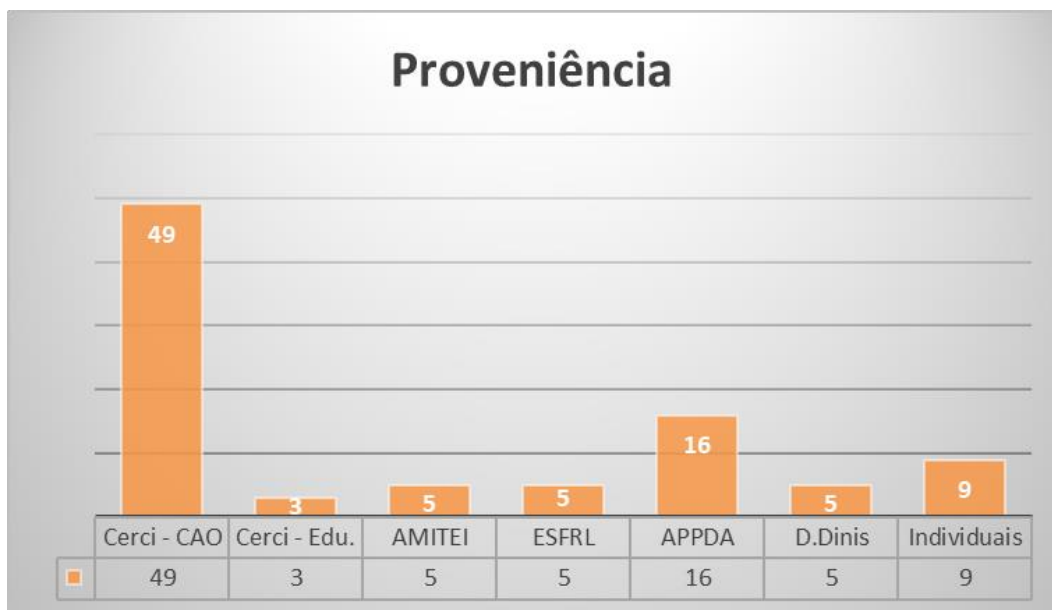


Gráfico 4 - Proveniência (dados CRID 2022/2023)

Verifica-se através dos dados disponíveis que, no ano letivo de 2010/2011 a Deficiência Intelectual, a Paralisia Cerebral, a Trissomia 21 (T21) e a Perturbação do Espectro do Autismo (PEA) foram as deficiências com maior incidência, verificando-se respetivamente, ocorrências de dezasseis, quinze, catorze e onze utentes. Estes diagnósticos foram seguidos pela deficiência auditiva, com duas ocorrências e as restantes treze ocorrências referem-se a casos de multideficiência e síndromes genéticas.

Já no que concerne ao ano letivo de 2022/2023 a Perturbação do Desenvolvimento Intelectual (PDI) foi a deficiência com maior incidência, vinte e seis clientes, logo seguida da Paralisia Cerebral com vinte e cinco clientes e Trissomia 21, com dez clientes. Estas foram seguidas pelas problemáticas da literacia, e do Défice cognitivo com cinco clientes em cada, quatro clientes com perturbações do Espectro do Autismo. Com X frágil e Dificuldades de aprendizagem existiram dois clientes para cada uma, por último um cliente para cada uma das seguintes problemáticas: Síndrome de Prader-Willi, Síndrome Allan-Herndon-Dudley, Síndrome de Rubinstein Taybi, Sequência de Pierre Robin, Síndrome de Floating- Harbor, Crossomopatia 18, Problemas de Desenvolvimento Cognitivo e Dificuldades de aprendizagem, Deficiência intelectual, Baixa visão e aneurisma, Baixa visão, AVC, Surdez total e baixa visão.

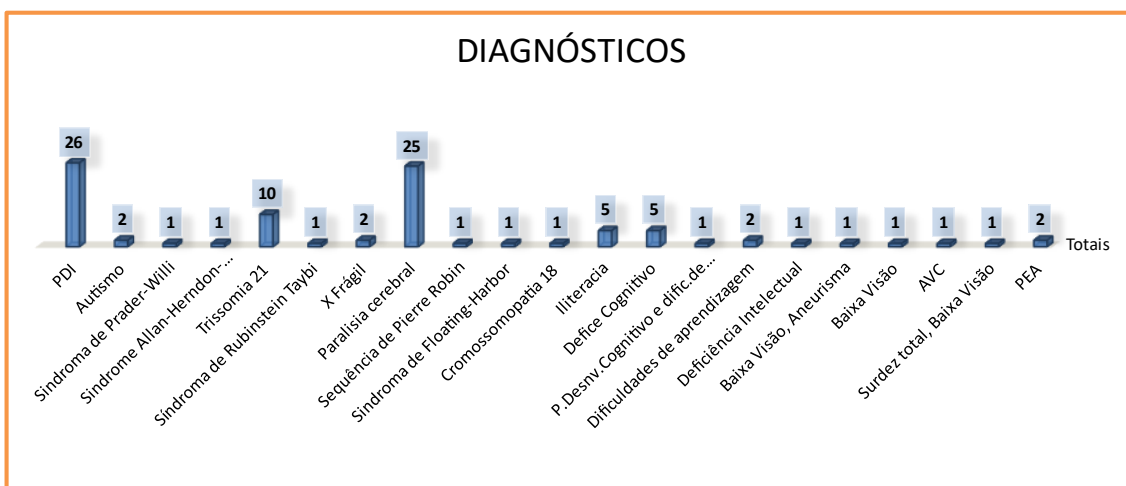


Gráfico 5 - Diagnósticos (dados CRID 2022/2023)

Tendo a investigadora realizado uma investigação que teve por base a investigação ação, para além da análise documental realizada, também teve um contacto direto com os clientes do CRID, tendo assim realizado algumas atividades diretamente com estes. Pois deste modo pode implementar o terceiro objetivo: Analisar a qualidade dos produtos do CRID através da colaboração na aplicação e criação destes, que só foi possível pela integração e participação ativa nas atividades do CRID.

Foi nesse contexto que conheceu, quer os clientes, quer os seus encarregados de educação ou pessoas significativas. Desse conhecimento surgiu a possibilidade de entrevistar alguns destes para o estudo de caso. Este estudo de caso não pretende ter uma aplicação universal, mas apenas um estudo local.

De modo a obter uma resposta ao problema e aos objetivos formulados para esta investigação, pretendeu-se abordar uma metodologia qualitativa, que de acordo com Esteves (2002) “tem importância capital no desenvolvimento de qualquer trabalho de investigação” (p. 206) e segundo Fortin (2009) é “um processo sistemático de colheita de dados observáveis e verificáveis no mundo empírico, isto é, no mundo que é acessível aos nossos sentidos” (p. 5). A opção recaiu sobre a investigação qualitativa, pois esta possibilita o estudo de casos múltiplos, neste caso, dois jovens clientes do CRID. Da totalidade dos atuais 93 clientes do CRID foram escolhidos dois, um do sexo masculino e outro do sexo feminino, aleatoriamente, tendo apenas por base o facto de frequentarem o CRID. As entrevistas foram realizadas via email, pois os encarregados de educação solicitaram esse modo, por questões laborais e familiares.

Assim foram realizadas duas entrevistas aos seus respectivos encarregados de educação. Estas entrevistas foram entrevistas semiestruturadas de modo a obter o máximo de informação.

De acordo com Sousa e Baptista (2011) a investigação qualitativa dirige a sua atenção essencialmente para compreender o problema e analisar comportamentos, atitudes e valores, pois “este tipo de investigação é indutivo e descritivo, na medida em que o investigador desenvolve conceitos, ideias e entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados, em vez de recolher dados para provar modelos, teorias ou verificar hipóteses (...)” (p. 56). Assim é necessário que haja uma apresentação de um maior interesse no próprio processo de investigação e não apenas nos resultados; o investigador deve apresentar uma grande sensibilidade ao contexto onde está a realizar a investigação; a investigação qualitativa é indutiva, pois este desenvolve conceitos e chega à compreensão dos fenómenos a partir de padrões resultantes da recolha de dados; a investigação qualitativa é holística, tendo em conta a complexidade da realidade; o significado tem uma grande importância – o investigador tenta compreender os sujeitos de investigação a partir dos quadros de referência, dos significados que são atribuídos aos acontecimentos, às palavras e aos objetos; o plano de investigação é flexível, pois o investigador estuda sistemas dinâmicos; utilizam-se procedimentos interpretativos, não experimentais, com valorização dos pressupostos relativistas e a representação verbal dos dados; a investigação qualitativa e descritiva (Sousa e Baptista 2011, pp. 56-57).

Assim, ao utilizar uma metodologia qualitativa, esta conduz a atenção essencialmente para compreender o problema e analisar comportamentos, atitudes e valores, o que vai de encontro à investigação que pretendo realizar a par do estágio. Deste modo, pretendo responder à pergunta de partida: “Qual é o impacto que o CRID tem nas pessoas com deficiência, nomeadamente na sua evolução pessoal e interpessoal?, tentando assim compreender a atitude dos portadores de deficiência mental e dos empregadores face a esta problemática. Com o estudo de caso dos ex-alunos ou formandos, pretendo obter uma amostra que represente significativamente a realidade destes jovens e adultos, para que a investigação tenha significação junto desta população-alvo.

“O estudo de caso tem por base um exame intensivo, quer a nível de amplitude quer em profundidade, e utilizando todas as técnicas disponíveis, de uma amostra particular, selecionada de acordo com determinado objetivo (...) de um fenómeno social, ordenando

carácter unitário da amostra, tudo isto com a finalidade de obter uma ampla compreensão do fenómeno na sua totalidade. Uma outra característica do método é (...) a intensidade que tem a ver com a multiplicidade das facetas a explorar na análise da unidade de investigação e com a profundidade do estudo (...). Outra característica é a flexibilidade do método, que se traduz numa selecção e utilização normalmente mais livres e amplas (...) uma outra característica tem a ver com a (...) grande quantidade de material informativo recolhido sobre a unidade de análise” (Mateus, 2008, p. 164). Para tal, utiliza-se a investigação qualitativa que segundo Bogdam e Bicklen (1994) é definida como aquela que é influenciada pelo meio em que os investigadores atuam. Este tipo de investigação é descritivo, os dados recolhidos através desta investigação “são em forma de palavras e não de números” (p. 48). Segundo Fortin (2009) “os estudos qualitativos têm como objectivos principais descrever um problema ainda mal conhecido e defini-lo” (p. 209). Para Vilelas (2009) a investigação qualitativa define-se como “a forma de estudo da sociedade que se centra no modo como as pessoas interpretam e dão sentido às suas experiências e ao mundo em que vivem” (p. 105).

De acordo com Hill e Hill (2002) todas as investigações empíricas exigem a necessidade de fazer recolha de dados. A partir dos dados obtidos, há a recolha de informação que geralmente é fornecida por uma ou várias entidades. Ao conjunto dos casos dos quais se deseja recolher os dados chama-se população ou universo. Não sendo possível recolher dados de toda a população ou universo, faz-se a selecção de um pequeno grupo da população, ao qual se dá o nome de amostra.

De acordo com D’Hainaut (1990) a amostra “é o conjunto dos elementos relativamente aos quais se recolheram efetivamente os dados” (p. 17). Neste caso a amostra terá por base dois jovens clientes do CRID, um do sexo feminino e outro do sexo masculino, mas com patologias diferentes, bem como diferente tempo de usufruição do CRID.

Quanto aos instrumentos de recolha de dados e tal como referido anteriormente foi utilizada a entrevista semiestruturada, aplicada aos encarregados de educação destes jovens. A parte inicial da entrevista conterà a caracterização sociodemográfica do entrevistado (nome, idade, sexo, habilitações literárias, tipologia da deficiência entre outros dados). A análise de conteúdo das entrevistas será realizada, a partir de categorias de análise pré-definidas, decorrentes da revisão da literatura e dos objetivos da investigação.

3.7 RECOLHA E ANÁLISE DE DADOS

Por último, e para obter dados para o quarto objetivo da investigação:

Analisar a importância do trabalho realizado no CRID, num estudo de caso, através da opinião dos pais, foram realizadas duas entrevistas a dois encarregados de educação de clientes do CRID, com diferentes idades, bem como com diferentes permanências no CRID.

As duas entrevistas realizadas aos encarregados de educação de M e X foram realizadas por email, a pedido destes. A situação familiar e profissional foi por estes alegada, pois nem sempre conseguem estar muito tempo disponíveis para responderem a estas questões e via email seria mais acessível.

M tem atualmente 18 anos, mas tinha apenas dois anos quando iniciou as atividades no CRID, tendo sido uma das primeiras clientes deste. É uma jovem do sexo feminino com paralisia cerebral, “(...) nome técnico Leucomalacia Periventricular, o que é mais fácil de dizer, uma paralisia cerebral, que afeta mais particularmente a parte motora, tendo consequentemente um atraso cognitivo e défice de visão.”. Já no que concerne a cliente X, é do sexo masculino e tem atualmente 14 anos de idade. “Tudo começou com uma encefalopatia epiléptica, que teve início aos 4 meses de idade, de causas genéticas, ainda desconhecidas, que provocou um grave atraso, sobretudo, cognitivo, mas também motor. Continua com crises constantes, trata-se de uma epilepsia refratária (de difícil controlo). Tem graves problemas a nível cognitivo, de comunicação, verbal e não só, muitas dificuldades a nível motor e algumas alterações do espectro do autismo.”. X frequenta o CRID “(...) desde os 5 anos de idade, ou seja, há nove anos, aproximadamente.”.

Uma das questões colocada a estes encarregados de educação é se cada um “Sente que o seu educando é discriminado no seu dia a dia? Pode exemplificar?” A EE do X mencionou que “Na questão da mobilidade motora, somente, as nossas cidades, instituições, etc. ainda não conseguem, ou não tem interesse em dar resposta a essa problemática. No entanto, enquanto aluno numa escola pública, nunca foi maltratado ou excluído, ele próprio, não tem grande vontade de conviver com os semelhantes, quanto a outras atividades, sempre se tentou, de todas as partes, criar condições para que as pudesse fazer, como os demais. No entanto, frequenta à dois anos uma Instituição para pessoas com deficiência, com valência educativa, porque deixou de ser viável frequentar uma escola normal, pelo número de alunos, condições estruturais e sobretudo, falta de auxiliares exclusivos para estas crianças. Por seu lado o EE da M. refere que “Não, a M.

é bem aceite por todos, pelo menos até ao momento, mas nem sempre foi assim. Até em algumas escolas que ela frequentou houve situações menos boas, em que não teve o apoio mínimo exigível a um acriança, sobretudo uma criança com necessidades especiais.”

Pretende-se agora perceber como é que cada um destes clientes teve conhecimento do CRID. A encarregada de educação de X teve conhecimento “(...) Através da APPC Leiria”, já os encarregados de educação de M “Foi nos dado a conhecer pela fisioterapeuta dela”. Daqui denota-se que a existência do CRID está amplamente divulgada, mesmo desde o seu início, no caso de M. Porém a EE de X refere também que o CRID está mais divulgado “recentemente, sim, pelos diversos projectos em que tem participado”. Estes projetos do CRID passam pelos livros em Braille ou em Sistema Pictográfico de Comunicação, que têm levado a leitura a todos, entre outros projetos para os quais têm sido convidados a participar como o “Mil sorrisos, Mil brinquedos”. Já o EE de M indica que “Sim, há informação do trabalho efetuado e pelo que sei e pela minha experiência as escolas e instituições sabem desse trabalho”.

É ainda de salientar que a origem geográfica destes clientes é diversificada: M é residente na Marinha Grande e X vive em Gondemaria, concelho de Ourém.

Cada um destes jovens, com características e necessidades individuais específicas tem um acompanhamento diversificado e individual no CRID de modo a poderem potenciar as suas capacidades e minorar as suas dificuldades. O trabalho realizado no CRID tem sempre por base uma visão holística, ou seja, todos os seus clientes têm outro tipo de intervenção noutros locais, de acordo com as suas características e necessidades. No caso de X., em que se pretende potenciar a comunicação, este usufrui de “(...) Hipoterapia, Terapia Ocupacional, Musicoterapia, Terapia da Fala”, já M. “A M. vai uma vez por semana ao CRID onde durante mais ou menos uma hora recebe estímulos e aprendizagens através da utilização dos computadores, para além disso tem fisioterapia e terapia ocupacional em dois sítios diferentes.”. Quando questionados sobre se a escola/centro que o seu educando frequenta sabe da frequência do CRID e que o seu educando o frequenta? Que opinião possuem? a EE de X refere que “apoiam, afinal, a educação de uma criança, nomeadamente, com necessidades especiais, é um trabalho de equipa, entre pais, escola, terapeutas, e se o CRID é uma mais-valia, todos beneficiam com isso.” Também o EE de M refere que “(...) Sim, muitas vezes fazem por consolidar os conhecimentos adquiridos”. Nestas respostas constata-se o trabalho multidisciplinar que é realizado, quer pelas escolas, CRID e famílias de modo a que estes jovens possam se

desenvolver e sobretudo tornarem-se cada vez mais independentes no seu dia-a-dia, nomeadamente a nível da comunicação.

Porém quando questionados sobre se a escola/centro que o seu educando frequenta tem algum espaço com ajudas técnicas adequadas à sua problemática? Quais? O EE de M refere que a escola que a sua educanda frequenta tem “ (...) alguns computadores.”, por seu lado a EE de X refere que devido às inúmeras problemáticas do seu educando, este frequenta “ (...) uma instituição para esse efeito.”. Aqui se constata a diferença entre ambos os clientes. As suas problemáticas individuais permitem que um, M, possa frequentar o ensino público, enquanto que X, frequenta um Centro de Reabilitação e Integração, nomeadamente o CRI-Maais (Centro de Recursos para a Inclusão-multidisciplinariedade, avaliação, acompanhamento, integração e socialização) o qual resulta de uma parceria entre o CRIF(Centro de Reabilitação e Integração de Fátima) e o Agrupamento de Escolas de Ourém (AEO), de acordo com o artigo 3º do Dec. Lei nº3/2008, que tem como objetivo desenvolver atividades de apoio a alunos do ensino regular e com Necessidades Educativas Especiais. Para tal, são disponibilizados técnicos especializados e diferenciados que atuam ao nível do diagnóstico, avaliação e intervenção no âmbito das áreas curriculares específicas, terapias, transição para a vida ativa e intervenção precoce. Os alunos ali podem usufruir de Fisioterapia, Psicomotricidade, Terapia da Fala e Terapia Ocupacional. Posteriormente estes alunos podem prosseguir os seus estudos através de Reabilitação Profissional, através de Formação Profissional Inicial e posteriormente, se necessário através do Centro de Recursos Local (CRL) que desenvolve intervenções técnicas de apoio aos centros de emprego, no âmbito da reabilitação profissional.

À questão “Considera que as atividades realizadas no CRID contribuem para o seu dia a dia e podem ser colocadas em contexto escola / família? Se sim de que forma?”

O EE de M refere que “Sim, como já disse a aprendizagem efetuada na utilização do próprio computador ajuda a M. no desenvolvimento de conteúdos na escola, e em casa mais no âmbito lúdico”, já no caso de X, a sua EE explica que “O meu filho tem dificuldades comunicativas, principalmente as verbais, o CRID tem ferramentas que, mais tarde poderá utilizar, com esse objectivo, neste momento está ainda numa fase básica, mas essencial, da aprendizagem e identificação de palavras.”. Podemos extrapolar que apesar de estar ainda numa fase inicial, as vivências e experiências vividas no CRID poderão contribuir para que no seu futuro possa comunicar mais facilmente,

nomeadamente através das estratégias existentes como por exemplo o Sistema Pictográfico para a comunicação. Posteriormente foram questionados sobre “Quais os aspetos mais significativos que pôde observar no seu educando desde a sua frequência no CRID?” A EE de X referiu que “Ele gosta das atividades, fica interessado, concentrado, aprende a verbalizar, e de uma forma divertida para ele”, já o EE de M acrescenta “ A aprendizagem de coisas básicas como as letras, os números, as horas, os dias da semana foram muito mais fáceis devido ao trabalho realizado no CRID, a destreza com que mexe num telemóvel ou num computador também foi notória”. Continua-se a verificar que as sessões de cada cliente são individualizadas e que cada EE verifica e constata a evolução do seu educando, dentro daquilo que é expectável. A comunicação, seja ela verbal ou apenas tecnológica é o que motiva cada um deles, pois a comunicação é essencial na nossa sociedade.

Constata-se também pela análise das entrevistas que ambos os clientes frequentam o CRID uma hora por semana, “Uma vez por semana”.

Quando questionados sobre se consideram as atividades realizadas no CRID benéficas, as respostas são positivas. O EE da M refere “Na minha opinião sim, pois ajuda a M. a utilizar um computador, claro está a fazer coisa básicas, mas ajuda e ajuda-a também em aprendizagens diárias de coisas que poderá precisar num futuro.” A EE de X menciona que “Sim, no caso do meu filho, é um auxiliar para fomentar a comunicação verbal, de uma forma mais atrativa”. Verifica-se assim que o CRID está a contribuir, em ambos os casos, para um futuro mais positivo, bem como para a melhoria da comunicação de ambos os clientes, sendo que se constata a individualidade das atividades realizadas, com base nas suas capacidades e potencialidades, tentando sempre minimizar as dificuldades e sobretudo tornar estes jovens e todos os seus clientes cidadãos de pleno direito na sociedade.

Quanto à questão “Já deu conhecimento das atividades do CRID a alguém? Porquê?” O EE de M refere que “Sim a outras famílias que passam as mesmas situações que nós passamos, falamos do bom trabalho que é realizado por eles”.

Também a EE de X indica que deu conhecimento “Sim, a outros pais e educadores de crianças com necessidades especiais”. Aqui se constata a importância da comunicação e sobretudo da partilha de informação entre familiares e pessoas significativas de pessoas com deficiência. Nem todos têm conhecimento de ajudas ou de apoios existentes e é

importante o “passa palavra” entre estes, pois possibilita que os seus educandos possam usufruir de melhores serviços, apoios ou ajudas no seu dia a dia.

No seguimento desta questão surgiu a pergunta se “Acha importante existirem este tipo de CRID noutros pontos do distrito ou até do país?”. Para ambos os EE a resposta foi afirmativa, tendo o EE de M reforçado a ideia dizendo “Pelo que sei este é o único no país, sim acho que seria uma mais valia para as crianças e também para as famílias.” O que vem reforçar a importância do trabalho do CRID, mas também a sua fragilidade de ser o único no país, o que acaba por ser redutor no acesso de outras pessoas com deficiência.

Ainda no contexto do CRID pretende-se saber qual a opinião dos EE sobre o CRID. O EE de M mencionou que “Até agora a melhor possível, quando ouvimos em casa a pergunta, Hoje é dia de CRID? É porque se sente bem”. Por seu lado, a EE de X, referiu “Acho uma mais valia, não apenas para com o meu filho, desenvolve a parte verbal de uma forma que ele gosta, tendo em conta o que ele aprecia, e um ótimo aliado à terapia da fala. Depois existem os diversos projetos em que estão envolvidos ao longo do país, e não só, em que criam alternativas para que todos tenham acesso à informação e comunicação.”. Nestas duas respostas obtém-se um resultado muito positivo para o CRID, quer no trabalho direto e individual com os seus clientes, quer no trabalho que “sai” para fora do CRID, nomeadamente os livros, as formações, entre outros, que assim chegam a todos aqueles que não podem ter contacto direto com o trabalho do CRID por se encontrarem noutras localidades ou até noutros países, como é o caso do Brasil ou Cabo Verde países onde existem alguns dos livros realizados com apoio do CRID, para levar a leitura e a comunicação a todos.

No que diz respeito ao CRID, espaço e técnicos foram colocadas algumas questões aos EE destes clientes. Em relação ao espaço a EE de X referiu que “Acho um bom espaço, talvez, um tanto barulhento, por vezes, mas não acho que o incomode.” Já o EE de M refere que “É um espaço bom com luz, bom ambiente e grande o suficiente”. O facto de a EE de X ter referido o barulho, prende-se com o facto de o seu educando ter PEA, o que faz com que o ruído possa ser um ponto negativo na sua concentração. No que concerne às acessibilidades do CRID o EE de M, bem como a EE de X concordam que estas são muito boas, pois apesar de não o referirem, o acesso é acessível a cadeiras de rodas e tem um modo de abertura fácil das portas, mesmo para pessoas com graves dificuldades motoras.

Ao serem questionados sobre o tratamento dado aos utentes, a EE de X refere que não tem “(...) qualquer razão de queixa, atentos, interessados e muito atenciosos. Também o EE de M refere que este é “Muito bom, amigo e quase familiar”. Quando questionados sobre se os técnicos do CRID são suficientes o EE de M refere que aparentemente sim, enquanto que a EE de X refere não saber. Por Outro Lado, a EE de X refere que “ Já experienciei a presença de alunos de terapia ocupacional, e achei muito interessante, talvez técnicos dessa área, ou semelhante.” Por seu lado o EE de M refere a necessidade de “Terapeutas da Fala, já que é um centro que ajuda na comunicação.”.

Apesar de não acompanharem os seus educandos durante as sessões no CRID, embora a EE de X tenha também referido “ Já estive presente, mas prefiro esperar fora da sala, a dinâmica, concentração, relação técnico/utente, é melhor sem o cuidador presente, neste caso.”, ambos os EE mencionam que “ Depois de todas as sessões é-me dado o feedback do seu trabalho.” E avaliam os técnicos do CRID da melhor maneira “A avaliação é a melhor, sempre tiveram cuidado e atenção para com a M. e para connosco também.” Ou como a EE do X refere “ Se for no CRID, tenho encontrado excelentes técnicos.”, o que nos remete para o facto de alguns destes EE já terem experienciados situações menos agradáveis com os seus educandos.

No que diz respeito à formação que estes EE têm para acompanharem os seus educandos, a EE de X refere que nunca teve, exceto formação médica, já o EE de M refere “Especificamente não, na minha opinião é o que falta nas escolas/instituições alguém que ajude os pais a uma realidade que nem todos estão preparados ou despertos, com ajuda seria bem mais fácil, mas em família estudamos pesquisamos perguntamos e fomos aprendendo”. Aqui se constata a falta de formação que é proporcionada a estes EE, e muitas vezes também nas escolas ou instituições que estes jovens frequentam. Muitos destes EE acabam por sentir falta de apoio/ informação e acabam por sua iniciativa pesquisar e procurar apoio, tal como refere o EE de M. “Como já disse apoio no lidar com a situação em si no início, mas tudo é resolvido com as pesquisas e perguntas que vamos fazendo” o que também é apoiado pela EE de X “ Não, vou procurando a informação que preciso, uma das médicas que acompanha o meu filho é excelente nesse aspecto, mas sei que não é essa a sua função”. Os EE acabam, por sua iniciativa irem procurando informação, seja sobre possíveis ajudas, apoios ou até por outros EE com jovens com as mesmas patologias. É por estes referido, na questão “Sente alguma falta de apoio/informação/ajuda? Qual?” que sentem essa falta de apoio. A EE de X diz “Sim,

uma das necessidades que mais tenho e ouço da parte de outros cuidadores, é a falta de informação, principalmente, apoios sociais, direitos, nomeadamente a nível escolar e laboral.” O que é de algum modo confirmado pelo EE de M “Como já disse apoio no lidar com a situação em si no início, mas tudo é resolvido com as pesquisas e perguntas que vamos fazendo”.

As ajudas técnicas acabam por ser algo que faz parte da vida destes jovens. Quando os EE foram questionados sobre se estas foram prescritas aos seus educandos ambos afirmaram que sim, no caso de X a nível ortopédico. Já no que se refere a ajudas técnicas do CRID a EE de X referiu que “Ainda não, apenas da fase de aprendizagem através de meio informático”, já o EE de M refere que nunca necessitou. Aqui se denota também a individualidade e especificidade de cada um destes jovens, quer em contexto familiar quer em contexto de CRID, bem como escolar.

Por último e ainda quando questionados sobre o CRID sobre “Qual o aspeto mais significativo que salienta ou que outras iniciativas gostava que o CRID promovesse, que feedback tem de outros utentes/acompanhantes...” o EE de M referiu que “O aspeto que saliento é o cuidado e a preocupação que há para cada utente, a preocupação em trabalhar as áreas que cada um poderá adquirir melhor” Também a EE de X mencionou que “Para o meu filho o CRID tornou-se uma rotina muito agradável e útil, como disse em cima, um ótimo aliado à terapia da fala porque é uma forma diferente, que usa algo que ele gosta, para incentivar a verbalização, neste momento é o que significa para ele, mas posteriormente, pode ter outros benefícios a nível de ajudas técnicas de apoio à comunicação. Os feedbacks que tive de outros utentes foi positivo”. O feedback positivo, o facto de os clientes gostarem de usufruir dos serviços do CRID e os seus EE verem melhorias e como tal passarem palavra a outros EE é o que de melhor se pode recordar e sobretudo valorizar. Há que continuar este trabalho e tentar chegar a mais pessoas com deficiência, embora os recursos humanos não sejam muitos, a vontade de apoiar e ajudar este público alvo é imensa.

Como última questão a analisar, foi deixada esta pergunta “Como classifica a integração do seu educando na sociedade?”. É uma questão muito importante para todos os EE de pessoas com deficiência ou pessoas significativas destes. O futuro... O EE de M diz que “Penso que no futuro não será fácil devido as limitações motoras da M., mas no que respeita no agora está integrada e interessada no que a rodeia.” Já a EE do X referiu uma única palavra, que, infelizmente, diz tudo “Difícil”. Ainda se vive numa sociedade

em que a deficiência se vê como algo negativo e não se dão muitas vezes oportunidades às pessoas com deficiência, seja na área laboral, social ou até em atividades de recreio.

4. CONCLUSÕES

O presente projeto de investigação pretendeu, tal como referido anteriormente, estudar o impacto da frequência do CRID da ESECS (Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de Leiria) na vida de indivíduos com deficiência. Sendo a sus autora mãe de uma adolescente com deficiência (Paralisia cerebral) que frequenta o CRID, este estudo era para si significativo e sobretudo importante para estudar a importância, ou não, destas valências na vida das pessoas com deficiência.

Ao longo desta investigação foi possível à investigadora conhecer o modo de funcionamento do CRID, nomeadamente através da participação ativa em algumas das suas dinâmicas e atividades, como por exemplo em atividades/ atendimentos a clientes do CRID, criação e adaptação de brinquedos, atividades com escrita braille, bem como sistema pictográfico de comunicação, entre outros.

Tendo este centro como missão promover a inclusão social da população com necessidades específicas através do recurso a ajudas técnicas/ produtos de apoio no âmbito da acessibilidade digital foi importante conhecer como estas potenciam e promovem a qualidade de vida das pessoas com deficiência que desta beneficiam.

Nas duas entrevistas realizadas constatou-se que ambos os encarregados de educação veem o CRID como um espaço que de algum modo dá “empoderamento” aos seus educandos, empoderamento esse que, nas suas opiniões é fundamental para uma plena inclusão na sociedade, bem como para as suas atividades diárias.

Constatou-se ao longo desta investigação que a importância da formação inicial de professores, nomeadamente na área da inclusão e como referido também por Rodrigues (2006), a escola que pretende seguir uma política de educação inclusiva (EI) desenvolve políticas, culturas e práticas que valorizam a contribuição ativa de cada aluno para a formação de um conhecimento construído e partilhado – e, desta forma, atinge a qualidade académica e sociocultural sem discriminação (p.301-302). Porém, nem sempre, as atitudes dos professores em relação à educação inclusiva mudam após o seu ingresso na profissão, o que vem ao encontro do que Ainscow e Miles mencionam (2016, p. 154) “as escolas não se tornam inclusivas transplantando o pensamento e as práticas da educação especial para contextos regulares de ensino”, pois apesar de os professores terem formação sobre inclusão na formação de base, ao longo da sua prática profissional, muitos deles deixam de a aplicar da mesma forma, diminuindo a sua implementação. Também

isto acabou por estra implícito nas entrevistas aos encarregados de educação dos jovens que frequentam o CRID. A escola nem sempre responde às necessidades de cada um, quer por falta de meios, quer por desconhecimento ou mesmo por “falta de vontade”. Porém e tal como mencionado por Leite, “A classe docente portuguesa, hoje, tem uma aceitação dos alunos com NEE muito diferente daquela que tinha há 20 anos atrás, mas ainda tende a considerar que a socialização é a principal finalidade da inclusão de grande parte destes alunos (Silva e Leite, 2015). A escola tem funções de socialização, é certo, mas o seu principal papel é fazer aprender (Roldão, 1999). Fazer aprender todos os alunos.” Já na Declaração de Salamanca era referido o conceito de Escola para Todos, podemos ler que: “As escolas devem ajustar-se a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sensoriais, linguísticas ou outras. Neste conceito, terão de incluir-se crianças com necessidades educativas especiais ou sobredotadas, crianças da rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nómadas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais” (UNESCO, 1994). De acordo com Miranda Correia (2017), “se estes conceitos forem respeitados, então a possibilidade de se dar a atenção devida aos alunos com NEE significativas que frequentam as nossas escolas será muito maior, aumentado significativamente o seu sucesso, académico e socioemocional. Paralelamente, muitos dos alunos com NEE severas que atualmente frequentam instituições de Educação Especial, passariam a integrar a escola pública e a receber todos os serviços de que necessitam num contexto de educação inclusiva, na verdadeira aceção do termo” (Miranda Correia, 2017: 20). Isto foi plenamente concluído, pelo menos a nível legislativo com o Decreto-Lei 54/2018, porém a sua implementação é diferente de escola para escola e até de professor para professor. Neste contexto também se encontra o CRID, que com as suas atividades para a inclusão, nomeadamente a inclusão digital potencia a verdadeira e completa participação destas crianças, jovens e adultos na sociedade em que se inserem.

Segundo Moreira (2004), “isto é particularmente verdadeiro quando se trata de escolas inclusivas. Ensinar crianças com NEE é provável a tarefa mais exigente que se coloca aos professores, e não será atingida sem um investimento considerável na educação e desenvolvimento profissional dos professores e de outros técnicos de escola” (Moreira, 2004:52). É isto que atualmente falta em Portugal e possivelmente noutros países, verdadeiro investimento na educação para que os alunos possam aprender, pois tal como mencionado no Jornal de Notícias de 22 de fevereiro de 2023, numa entrevista

realizada a António Sampaio da Nóvoa, “Trata-se de pensar a educação para além da escola, em todas as idades, tempos e lugares. No espaço público da cidade. E, na escola, construir ambientes para todos e onde todos aprendam.”. É este o futuro que todos os professores pretendem, que todos os alunos aprendam e sobretudo que lhes sejam dadas condições para que isso aconteça, nomeadamente formação, tal como referenciado no artigo, para que se consiga garantir que o Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória seja atingido por todos, ainda que o seja através de percursos de aprendizagem diferenciados que permitam a cada um progredir no currículo com vista ao seu sucesso educativo. Tal como mencionado por Jiménez, (1997) a inclusão é uma opção que não é incompatível com a integração, mas sim um movimento que vem questionar políticas, organização das estruturas escolares regulares e especiais, sendo que a meta principal não é deixar ninguém no exterior da escola regular. A inclusão tem o carácter de reunir alunos com e sem dificuldades, funcionários, professores, pais, diretores, enfim toda as pessoas envolvidas com a educação, tal como o DL 54/2018 vem reiterar. É também aqui que o CRID faz a sua intervenção, sabendo quais as potencialidades de cada um dos seus clientes, bem como as suas fragilidades, potenciando estas, para que possam superar as dificuldades. Tal como referido pela EE de um dos jovens “fomentar a comunicação verbal, de uma forma mais atrativa” (...) “O meu filho tem dificuldades comunicativas, principalmente as verbais, o CRID tem ferramentas que, mais tarde poderá utilizar, com esse objetivo, neste momento está ainda numa fase básica, mas essencial, da aprendizagem e identificação de palavras.”. Num mundo/ sociedade em que a comunicação é essencial, o CRID potencia a comunicação deste jovem, para que possa participar ativamente na comunidade, família, para que possa ele próprio ser autor e ator da sua vida e não apenas mero espectador.

Por último é importante salientar a importância do CRID, não só no trabalho direto com os seus clientes, mas para toda a comunidade, nomeadamente através dos vários projetos que tem implementado. “Acho uma mais valia, não apenas para com o meu filho, desenvolve a parte verbal de uma forma que ele gosta, tendo em conta o que ele aprecia, e um ótimo aliado à terapia da fala. Depois existem os diversos projetos em que estão envolvidos ao longo do país, e não só, em que criam alternativas para que todos tenham acesso à informação e comunicação.” Aqui se verifica que os próprios encarregados de educação têm consciência da importância do CRID na vida de outras pessoas, quer na sua

localidade, em Portugal e um pouco por todo o mundo. Esperando assim fazer a diferença na vida de outras pessoas, para que sejam a sua própria voz.

REFERÊNCIAS

- Assistive Technology Act of 2004, Public Law 108-364.* (2004). 9647.
- Blanco, E., & Silva, B. (2002). *Tecnologia e Educação* (P. Editora (Ed.)).
- Cadernos SACAUSEF.pdf.* (n.d.).
- César, M. (2003). A Escola Inclusiva Enquanto Espaço-Tempo de Diálogo de Todos e Para Todos. In P. Editora (Ed.), *Perspectivas Sobre a Inclusão: Da Educação à Sociedade*.
- Cook, A. M., Polgar, J. M., & Encarnação, P. (2020). *Assistive technologies: Principles & Practice.* Elsevier.
- Correia, L. (2003). *Inclusão e Necessidades Educativas Especiais - Um guia para educadores e professores* (P. Edotora (Ed.)).
- Costa, M. (2006). *Desafios da Educação Inclusiva um estudo sobre representações e expectativas dos professores do ensino regular face aos professores de apoio educativo.* Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Cranmer, S. (2021). *Disabled children and digital technologies. Learning in the context os inclusive education* (B. Academic (Ed.)).
- CRID. (n.d.). <https://crid.esecs.ipleiria.pt/>
- Durkheim (2): A consciência coletiva e fatos sociais - UOL Educação.* (n.d.). Retrieved June 11, 2021, from <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/durkheim-2-a-consciencia-coletiva-e-fatos-sociais.htm>
- Educação Inclusiva .* (2005).
- Elena Rodrigues Bettencourt Martins.* (2020).
- Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. (2011). Classificação Internacional da Funcionalidade Incapacidade e Saúde: Versão para Crianças e Jovens. *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saude*, 91.
- Faria, G. (2008). Uma retrospectiva sobre o projecto de teleaula. *Revista Diversidades*, 23,26-27.
- Fontin, M. (2003). *O Processo de Investigação: Da concepção à Realização* (Lusociência (Ed.); 3ª ed.).
- Freire, C. S., Célia, C. M., Edição, S., & Silva, C. (2017). *Livro de Atas da 4ª Conferência Internacional para a Inclusão - 2016 Ficha técnica.*

- Freitas, S. (2012). *As TIC e os Alunos com NEE : A Perceção dos Professores de Educação Especial de Viseu*. 1–141.
- Helena, B. H., & Almeida, V. (2020). O direito da pessoa com deficiência à informação em tempos da pandemia da Covid-19: uma questão de acessibilidade e inclusão. *Liinc Em Revista*, 16(2), e5452. <https://doi.org/10.18617/liinc.v16i2.5452>
- Ivan, A., Santos, S., Ana, O., & Ribeiro, P. (2010). *UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES INSTITUTO A VEZ DO MESTRE PÓS-GRADUAÇÃO “LATO SENSU” GESTÃO DE PESSOAS*.
- Jiménez, R. B. (1997). *Educação especial e reforma educativa*. In R. Bautista (Coord.), *Necessidades Educativas Especiais*. Lisboa: Dinalivro.
- Leiria, D. (2010). *Relatório da análise de dados estatísticos*.
- Lima, M. L. (1993). *Manual de Psicologia Social* (F. C. Gulbenkian (Ed.)).
- Lupion Torres, P., Alcantara, P., & Freitas Irala., E. A. (2017). GRUPOS DE CONSENSO: UMA PROPOSTA DE APRENDIZAGEM COLABORATIVA PARA O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM. *Revista Diálogo Educacional*, 4(13). <https://doi.org/10.7213/rde.v4i13.7052>
- Machado, J. (2010). *ESCOLA , IGUALDADE E DIFERENÇAS*. 39–44.
- Magalhães, B. C. (2019). *NEGOCIAÇÃO COLETIVA-UM PROCESSO FAVORÁVEL À NORMATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO*. <https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/7745>
- Medeiros, N. da S. (2022). Classificação internacional de funcionalidade (CIF). In *Reabilitação: Teoria e Prática* (pp. 585–590). <https://doi.org/10.51205/lestu.978-65-996314-4-3/cap.43>
- Ministério da Educação. (2018). Decreto-Lei nº.54/2018. *Diário Da República*, 1.^a Série - N.º 129, 2918–2928. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EEspecial/dl_54_2018.pdf
- Nunes, C. (2001). *Aprendizagem activa na criança com multidificiência*.
- Oncoguia. (2013). *Problemas Cognitivos*. <http://www.oncoguia.org.br/conteudo/problemas-cognitivos/215/109/>
- Osterman, K. F. (2000). Students’ need for belonging in the school community. In *Review of Educational Research* (Vol. 70, Issue 3, pp. 323–367). American Educational Research Association. <https://doi.org/10.3102/00346543070003323>
- Politécnico de Leiria: inclusão no ensino superior*. (n.d.).
- Ribeiro, J., Ramos, D., Taveira, C., Martins, R., & Ribeiro, A. (2021). As tecnologias de apoio e a inclusão escolar: Um estudo de caso da terapia ocupacional na

implementação do controlo pelo olhar com uma criança com síndrome de Leigh. *Indagatio Didactica*, 101–122. <https://doi.org/10.34624/id.v13i2.25101>

Rodrigo, L., Barbosa, S., & Elias, C. R. (2011). *TECNOLOGIAS DIGITAIS E COMUNIDADES SURDAS : MODOS DE INCLUSÃO NA SOCIEDADE 1 AS PROPOSTAS DE ENSINO NA EDUCAÇÃO DE SURDOS*. 2008, 126–142.

Santar, C. D. E., Para, P., Especialista, T. D. E., & Ci, E. M. (2019). *A EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO PRÁTICA DESAFIANTE : A EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO PRÁTICA DESAFIANTE :*

Small, R. V, & Studies, I. (2001). *Developing a Collaborative Culture*. 4.

Sofia, A., & Pereira, A. (2016). *O Tablet como recurso promotor da aprendizagem funcional de alunos com multideficiência*.

Sousa, C. (2016). *E se entrasses numa livraria e pedisses um livro multiformato?* <https://www.publico.pt/2016/07/06/p3/cronica/e-se-entrasses-numa-livraria-e-pedisses-um-livro-multiformato-1826358>

Sousa, C. (2014). *Tecnologias de Apoio em Educação Especial*.

Tetzchner, S., & Martinsen, H. (2002). *Introdução à Comunicação Aumentativa e Alternativa* (P. Editora (Ed.)).

Tetzchner, S. V., & Martinsen, H. (2000). *Introdução à Comunicação Aumentativa e Alternativa* (P. Editora (Ed.)).

Viva, C. A. V. (2014). *a Importância Do Crid-Centro De Recursos Para a Inclusão Digital, Na População Com Necessidades Educativas Especiais*.

World Wide Web Consortium. (2008). *Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) 2.0*. trad. (24-10-2014). de <https://www.w3.org/Translations/WCAG20-pt-PT/>

ANEXOS

ANEXO 1

Leiria, Abril de 2023

Exmo. Senhor/a

Pretendo através desta informação requerer autorização para a realização da minha investigação com os vossos educandos, no âmbito do Mestrado em Utilização Pedagógica das TIC, da Escola Superior de Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria.

Começo por me apresentar para depois descrever o conteúdo do estudo em causa. Chamo-me Fernanda Inês Farinha Pinhal e frequento o 2º ano do **Mestrado em Utilização Pedagógica das TIC** da ESCS/IPleiria. No presente ano letivo, 2022/2023, encontro-me a realizar a tese de mestrado sendo a minha orientadora, a **Professora Doutora Célia Sousa**.

A minha investigação tem como objetivo geral verificar qual **O papel das TIC na promoção da Inclusão Digital para pessoas com Deficiência** Uma vez que é cada vez mais notória as dificuldades nas aprendizagens pretendo com esta intervenção verificar se a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação facilitadores da aprendizagem e integração.

Deste modo, gostaria a pedir colaboração de V. Ex.^a para realização de uma entrevista.

Agradecendo, desde já, a atenção dispensada

Com os melhores cumprimentos

Fernanda Inês

ANEXO 2

Questões

1. Qual a sua relação com o jovem / adulto que frequenta o CRID?
2. Qual a sua localidade?
3. Como teve conhecimento do CRID?
4. Qual a problemática do utente? Pode fazer um breve resumo do seu historial?
5. Há quanto tempo frequenta o CRID?
6. Quais são as atividades em que o utente participa?
7. Quantas vezes por semana é que o seu educando frequenta o CRID?
8. Considera que as atividades são benéficas? Se sim, explique como?
9. Considera que o CRID está devidamente divulgado?
10. Já deu conhecimento das atividades do CRID a alguém? Porquê?
11. Acha importante existirem este tipo de CRID noutros pontos do distrito ou até do país?
12. Alguma vez sentiu necessidade, temporariamente, de alguma das ajudas técnicas disponíveis no CRID? Se sim, qual?
13. Qual a sua opinião sobre o CRID?
14. Para si, o que faz falta ao CRID?
15. Considera que os técnicos são suficientes?
16. Que outro tipo de técnicos gostaria de ver integrados no CRID?
17. Foi recomendada alguma ajuda técnica ao utente que acompanha?

18. Tem / teve formação específica para ajudar/acompanhar o seu educando, enquanto encarregado de educação, no seu dia a dia, no CRID, na escola/instituição/associação?
19. Sente que o seu educando é discriminado no seu dia a dia? Pode exemplificar?
20. Quais os aspetos mais significativos que pôde observar no seu educando desde a sua frequência no CRID?
21. Costuma acompanhar o seu educando durante a sua permanência no CRID?
22. Sente alguma falta de apoio/informação/ajuda? Qual?
23. Foi-lhe dada toda a informação que julga ser necessária sobre todos os tipos de equipamentos ou ajudas técnicas e respetivas estratégias de utilização?
24. Como avaliaria os técnicos que acompanham o seu educando?
25. Com que frequência conversa/troca impressões com o(s) técnico(s)?
26. A escola/centro que o seu educando frequenta tem algum espaço com ajudas técnicas adequadas à sua problemática? Quais?
27. A escola/ centro que o seu educando frequenta sabe da frequência do CRID e que o seu educando o frequenta? Que opinião possuem?
28. Como classifica o espaço destinado ao CRID?
29. O que pensa das acessibilidades do CRID?
30. Como classifica o tratamento dado aos utentes?
31. Como classifica a integração do seu educando na sociedade?
32. Qual o aspeto mais significativo que salienta ou que outras iniciativas gostava que o CRID promovesse, que feedback tem de outros utentes/acompanhantes...)

ANEXO 3

Questionário (Mãe X)

1. Qual a sua relação com o jovem / adulto que frequenta o CRID?

Mãe

2. Qual a sua localidade?

(Gondemaria) Ourém

3. Como teve conhecimento do CRID?

Através da APPC Leiria

4. Qual a problemática do utente? Pode fazer um breve resumo do seu historial?

Tudo começou com uma encefalopatia epiléptica, que teve início aos 4 meses de idade, de causas genéticas, ainda desconhecidas, que provocou um grave atraso, sobretudo, cognitivo,mas também motor. Continua com crises constantes, trata-se de uma epilepsia refratária (de difícil controlo). Tem graves problemas a nível cognitivo, de comunicação, verbal e não só, muitas dificuldades a nível motor e algumas alterações do espectro do autismo.

5. Há quanto tempo frequenta o CRID?

Não consigo precisar, mas julgo que frequenta desde os 5 anos de idade, ou seja, há nove anos, aproximadamente.

6. Quais são as atividades em que seu educando participa?

Hipoterapia, Terapia Ocupacional, Musicoterapia, Terapia da Fala

7. Quantas vezes por semana é que o seu educando frequenta o CRID?

Uma vez por semana

8. Considera que as atividades são benéficas? Se sim, explique como?

Sim, no caso do meu filho, é um auxiliar para fomentar a comunicação verbal, de uma forma mais atrativa

9. Considera que as atividades realizadas no CRID contribuem para o seu dia a dia e podem ser colocadas em contexto escola / família? Se sim, de que forma?

O meu filho tem dificuldades comunicativas, principalmente as verbais, o CRID tem ferramentas que, mais tarde poderá utilizar, com esse objectivo, neste momento está ainda numa fase básica, mas essencial, da aprendizagem e identificação de palavras.

10. Considera que o CRID está devidamente divulgado?

Recentemente, sim, pelos diversos projectos em que tem participado

11. Já deu conhecimento das atividades do CRID a alguém? Porquê?

Sim, a outros pais e educadores de crianças com necessidades especiais

12. Acha importante existirem este tipo de CRID noutros pontos do distrito ou até do país?

Sem dúvida

13. Alguma vez sentiu necessidade, temporariamente, de alguma das ajudas técnicas disponíveis no CRID? Se sim, qual?

Ainda não, apenas da fase de aprendizagem através de meio informático

14. Qual a sua opinião sobre o CRID?

Acho uma mais valia, não apenas para com o meu filho, desenvolve a parte verbal de uma forma que ele gosta, tendo em conta o que ele aprecia, e um ótimo aliado à terapia da fala. Depois existem os diversos projectos em que estão envolvidos ao longo do país, e não só, em que criam alternativas para que todos tenham acesso à informação e comunicação.

15. Para si, o que faz falta ao CRID?

De momento, não sei

16. Considera que os técnicos são suficientes?

Não sei, não estou a par da situação

17. Que outro tipo de técnicos gostaria de ver integrados no CRID?

Já experienciei a presença de alunos de terapia ocupacional, e achei muito interessante, talvez técnicos dessa área, ou semelhante.

18. Foi recomendada alguma ajuda técnica ao seu educando?

Apenas ortopédica

19. Tem / teve formação específica para ajudar/acompanhar o seu educando, enquanto encarregado de educação, no seu dia a dia, no CRID, na escola/instituição/associação?

Confesso que não, apenas médica

20. Sente que o seu educando é discriminado no seu dia a dia? Pode exemplificar?

Na questão da mobilidade motora, somente, as nossas cidades, instituições, etc. ainda não conseguem, ou não tem interesse em, dar resposta a essa problemática. No entanto, enquanto aluno numa escola pública, nunca foi maltratado ou excluído, ele próprio, não tem grande vontade de conviver com os semelhantes, quanto a outras atividades, sempre se tentou, de todas as partes, criar condições para que as pudesse fazer, como os demais. No entanto, frequenta à dois anos uma Instituição para pessoas com deficiência, com valência educativa, porque deixou de ser viável frequentar uma escola normal, pelo número de alunos, condições estruturais e sobretudo, falta de auxiliares exclusivos para estas crianças

21. Quais os aspetos mais significativos que pôde observar no seu educando desde a sua frequência no CRID?

Ele gosta das actividades, fica interessado, concentrado, aprende a verbalizar, e de uma forma divertida para ele

22. Costuma acompanhar o seu educando durante a sua permanência no CRID?

Já estive presente, mas prefiro esperar fora da sala, a dinâmica, concentração, relação técnico/utente, é melhor sem o cuidador presente, neste caso

23. Sente alguma falta de apoio/informação/ajuda? Qual?

Sim, uma das necessidades que mais tenho e ouço da parte de outros cuidadores, é a falta de informação, principalmente, apoios sociais, direitos, nomeadamente a nível escolar e laboral.

24. Foi-lhe dada toda a informação que julga ser necessária sobre todos os tipos de equipamentos ou ajudas técnicas e respetivas estratégias de utilização?

Não, vou procurando a informação que preciso, uma das médicas que acompanha o meu filho é excelente nesse aspecto, mas sei que não é essa a sua função

25. Como avaliaria os técnicos que acompanham o seu educando?

Se for no CRID, tenho encontrado excelentes técnicos.

26. Com que frequência conversa/troca impressões com o(s) técnico(s)?

Depois de todas as sessões é-me dado o feedback do seu trabalho.

27. A escola/centro que o seu educando frequenta tem algum espaço com ajudas técnicas adequadas à sua problemática? Quais?

Tem, é uma instituição para esse efeito.

28. A escola/ centro que o seu educando frequenta sabe da frequência do CRID e que o seu educando o frequenta? Que opinião possuem?

Sim. Apoiam, afinal, a educação de uma criança, nomeadamente, com necessidades especiais, é um trabalho de equipa, entre pais, escola, terapeutas, e se o CRID é uma mais valia, todos beneficiam com isso.

29. Como classifica o espaço destinado ao CRID?

Acho um bom espaço, talvez, um tanto barulhento, por vezes, mas não acho que o incomode.

30. O que pensa das acessibilidades do CRID?

São boas

31. Como classifica o tratamento dado aos utentes?

Sem qualquer razão de queixa, atentos, interessados e muito atenciosos.

32. Como classifica a integração do seu educando na sociedade?

Difícil

33. Qual o aspeto mais significativo que salienta ou que outras iniciativas gostava que o CRID promovesse, que feedback tem de outros utentes/acompanhantes...

Para o meu filho o CRID tornou-se uma rotina muito agradável e útil, como disse em cima, um ótimo aliado à terapia da fala porque é uma forma diferente, que usa algo que ele gosta, para incentivar a verbalização, neste momento é o que significa para ele, mas posteriormente, pode ter outros benefícios a nível de ajudas técnicas de apoio à comunicação. Os feedbacks que tive de outros utentes foi positivo.

ANEXO 4

Questões (Pai M)

1. Qual a sua relação com o jovem / adulto que frequenta o CRID?

Pai

2. Qual a sua localidade?

Marinha Grande

3. Como teve conhecimento do CRID?

Foi nos dado a conhecer pela fisioterapeuta dela

4. Qual a problemática do utente? Pode fazer um breve resumo do seu historial?

A minha filha tem uma doença de nome técnico LEUCOMALACIA PERIVENTRICULAR, o que é mais fácil de dizer uma paralisia cerebral, que afeta mais particularmente a parte motora, tendo conseqüentemente um atraso cognitivo e défice de visão.

5. Há quanto tempo frequenta o CRID?

Quase desde o seu início, acho que mais ou menos 16 anos

6. Quais são as atividades em que seu educando participa?

A M. vai uma vez por semana ao CRID onde durante mais ou menos uma hora recebe estímulos e aprendizagens através da utilização dos computadores

7. Quantas vezes por semana é que o seu educando frequenta o CRID?

Uma vez por semana

8. Considera que as atividades são benéficas? Se sim, explique como?

Na minha opinião sim, pois ajuda a M. a utilizar um computador, claro está a fazer coisa básicas, mas ajuda e ajuda-a também em aprendizagens diárias de coisas que poderá precisar num futuro.

9. Considera que as atividades realizadas no CRID contribuem para o seu dia a dia e podem ser colocadas em contexto escola / família? Se sim de que forma?

Sim, como já disse a aprendizagem efetuada na utilização do próprio computador ajuda a M. no desenvolvimento de conteúdos na escola, e em casa mais no âmbito lúdico

10. Considera que o CRID está devidamente divulgado?

Sim, há informação do trabalho efetuado e pelo que sei e pela minha experiência as escolas e instituições sabem desse trabalho

11. Já deu conhecimento das atividades do CRID a alguém? Porquê?

Sim a outras famílias que passam as mesmas situações que nós passamos, falamos do bom trabalho que é realizado por eles

12. Acha importante existirem este tipo de CRID noutros pontos do distrito ou até do país?

Pelo que sei este é o único no país, sim acho que seria uma mais valia para as crianças e também para as famílias

13. Alguma vez sentiu necessidade, temporariamente, de alguma das ajudas técnicas disponíveis no CRID? Se sim, qual?

Até ao momento não

14. Qual a sua opinião sobre o CRID?

Até agora a melhor possível, quando ouvimos em casa a pergunta, Hoje é dia de CRID? É porque se sente bem

15. Para si, o que faz falta ao CRID?

Do que conheço está bem por agora

16. Considera que os técnicos são suficientes?

Aparentemente acho que sim

17. Que outro tipo de técnicos gostaria de ver integrados no CRID?

Terapeutas da fala possivelmente, já que é um centro que ajuda na comunicação

18. Foi recomendada alguma ajuda técnica ao seu educando?

Sim

19. Tem / teve formação específica para ajudar/acompanhar o seu educando, enquanto encarregado de educação, no seu dia a dia, no CRID, na escola/instituição/associação?

Especificamente não, na minha opinião é o que falta nas escolas/instituições alguém que ajude os pais a uma realidade que nem todos estão preparados ou despertos, com ajuda seria bem mais fácil, mas em família estudamos pesquisamos perguntamos e fomos aprendendo

20. Sente que o seu educando é discriminado no seu dia a dia? Pode exemplificar?

Não, a M. é bem aceite por todos, pelo menos até ao momento

21. Quais os aspetos mais significativos que pôde observar no seu educando desde a sua frequência no CRID?

A aprendizagem de coisas básicas como as letras, os números, as horas, os dias da semana foram muito mais fáceis devido ao trabalho realizado no crid, a destreza com que mexe num telemóvel ou num computador também foi notória

22. Costuma acompanhar o seu educando durante a sua permanência no CRID?

Acompanho, mas não na sessão efetivamente

23. Sente alguma falta de apoio/informação/ajuda? Qual?

24. Como já disse apoio no lidar com a situação em si no início, mas tudo é resolvido com as pesquisas e perguntas que vamos fazendo

25. Foi-lhe dada toda a informação que julga ser necessária sobre todos os tipos de equipamentos ou ajudas técnicas e respetivas estratégias de utilização?

Sim

26. Como avaliaria os técnicos que acompanham o seu educando?

A avaliação é a melhor, sempre tiveram cuidado e atenção para com a M. e para connosco também.

27. Com que frequência conversa/troca impressões com o(s) técnico(s)?

No final de cada sessão

28. A escola/centro que o seu educando frequenta tem algum espaço com ajudas técnicas adequadas à sua problemática? Quais?

Sim, alguns computadores.

29. A escola/ centro que o seu educando frequenta sabe da frequência do CRID e que o seu educando o frequenta? Que opinião possuem?

Sim, muitas vezes fazem por consolidar os conhecimentos adquiridos

30. Como classifica o espaço destinado ao CRID?

É um espaço bom com luz, bom ambiente e grande o suficiente

31. O que pensa das acessibilidades do CRID?

São muito boas

32. Como classifica o tratamento dado aos utentes?

Muito bom, amigo e quase familiar

33. Como classifica a integração do seu educando na sociedade?

Penso que no futuro não será fácil devido as limitações motoras da M., mas no que respeita no agora está integrada e interessada no que a rodeia.

34. Qual o aspeto mais significativo que salienta ou que outras iniciativas gostava que o CRID promovesse, que feedback tem de outros utentes/acompanhantes...

O aspeto que saliento é o cuidado e a preocupação que há para cada utente, a preocupação em trabalhar as áreas que cada um poderá adquirir melhor